



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Vinicius Gomes da Silva

**Imprensa e abolição: Vassouras e a crise do trabalho escravo (1885 – 1889)**

São Gonçalo

2013

Vinicius Gomes da Silva

**Imprensa e abolição: Vassouras e a crise do trabalho escravo (1885 – 1889)**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Orientador: Prof. Ricardo Salles

São Gonçalo

2013

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

**FEITA NA BIBLIOTECA**

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Vinicius Gomes da Silva

**Imprensa e abolição: Vassouras e a crise do trabalho escravo (1885 – 1889)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social e do Território.

Aprovada em 21 de fevereiro de 2013.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Ricardo Salles (Orientador)  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Cláudia Regina Andrade dos Santos  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Gelson Rozentino de Almeida  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

São Gonçalo

2013

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho é dedicado a todos aqueles que me apoiaram nesta importante empreitada, a qual acredito ter cumprido com muita determinação. À minha família: Pai, Mãe, esposa e filho.

Agradeço muito ao professor e orientador Ricardo Salles, que com muita paciência e excelentes indicações enriqueceu muito este trabalho.

Dedico também esse trabalho aos professores do Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Muito importantes também nesta “história”, são os grandes e eternos amigos conquistados durante toda a minha vida acadêmica.

## RESUMO

SILVA, Vinicius Gomes. *Imprensa e abolição: Vassouras e a crise do trabalho escravo (1885 - 1889)*. 2013. xxxf. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2013.

O presente trabalho discute como a imprensa da cidade de Vassouras, cidade localizada na região Centro-Sul do estado do Rio de Janeiro, debateu e se posicionou no que tange a questão de ser ou não abolicionista, nos anos de 1885 a 1889, momento esse de forte crise do trabalho escravo no Império brasileiro e que em maio de 1888, com a Lei Áurea, decreta o fim do trabalho escravo em terras brasileiras.

Palavras-chave: Imprensa; Abolicionismo; Vassouras.

## ABSTRACT

SILVA, Vinicius Gomes. *Printing and abolition: Vassouras and the crisis of slave labor (1885 - 1889)*. 2013. xxxf. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2013.

This paper shows how the press of Vassouras, city located in the Center-South region of the State of Rio de Janeiro, discussed and positioned itself about the question of being or not abolitionist from 1885 to 1889, the moment in which there was a strong crisis of slave labor in the Brazilian Empire and that in May 1888, Áurea law, granted the end of slavery in Brazilian lands.

Keywords: Printing; abolitionist; Vassouras.

## SUMÁRIO

Dica 3 --- utilize espaço 1,5

Atenção --- a INTRODUÇÃO e as REFERÊNCIAS **não** são numeradas.

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
1	<b>Vassouras: Breve história sobre a “Princesa do Vale”</b> .....	12
1.1	<b>Fundação de Vassouras</b> .....	13
1.2	<b>Etapas da história de Vassouras</b> .....	18
1.3	<b>Concentração da mão-de-obra escrava em Vassouras</b> .....	25
1.4	<b>Vassouras e suas especificidades</b> .....	27
1.5	<b>Década de 1880, Vassouras e seu momento de decadência</b> .....	29
2	<b>A Imprensa e o Movimento Abolicionista</b> .....	33
2.1	<b>O Surgimento da Imprensa no Brasil</b> .....	35
2.2	<b>Campanha Abolicionista, momentos históricos que proporcionaram o seu desenvolvimento</b> .....	42
2.3	<b>A Lei do “Ventre Livre” (1871), um caminho sem volta</b> .....	49
2.4	<b>Rumo à vitória, Campanha Abolicionista e Imprensa, cumplicidade no fim da escravidão</b> .....	51
3	<b>Nas colunas do Vassourense: Vassouras e a crise da escravatura no Brasil</b> .....	64
3.1	<b>“O Vassourense”</b> .....	65
3.2	<b>Os debates do “O Vassourense”</b> .....	70
3.3	<b>O 13 de Maio</b> .....	78
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	83
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	86



## INTRODUÇÃO

Ainda que muito estudado, o fenômeno da escravidão no Brasil possui muitas lacunas. Com a intenção de compreendê-lo um pouco melhor buscamos ao longo deste trabalho responder a mais uma. Neste sentido procuramos explicar como a imprensa da cidade de Vassouras - cidade localizada na parte sul do estado do Rio de Janeiro - participou e influenciou no processo histórico que culminou com a lei Áurea de 1888, que libertou os escravos do cativeiro no Brasil.

A escolha desse tema deu-se devido a não existência ainda de um trabalho que trate especificamente da importância da imprensa e seu posicionamento perante o movimento de libertação da mão-de-obra escrava, tornando-a livre, para a cidade de Vassouras, na historiografia atual. Vassouras é escolhida por ser um importante pólo do café no Brasil, possuindo diversas fazendas com produção em larga escala e, sendo assim, um plantel numeroso de escravos.

O recorte temporal deste trabalho está situado entre os anos de 1885 a 1889. O motivo para este recorte se deu devido a década de oitenta do século XIX ser, para boa parte dos historiadores do tema, o momento em que o movimento pela abolição ganha maiores proporções, lutando agora contra a legitimidade da posse escrava. Sendo 1885 o ano de implementação da lei dos Sexagenários, Ricardo Salles afirma sobre o período que: “Nesta altura, o movimento abolicionista já era uma realidade nacional e em crescendo. Neste mesmo ano, depois das intensas lutas que haviam sido deflagradas com o movimento dos jangadeiros, o Ceará declarou que abolira efetivamente a escravidão. Em toda a parte formavam-se agremiações abolicionistas, o debate público era intenso. O movimento definitivamente ganhara as ruas. Algumas organizações abolicionistas começaram a promover a fuga e a proteção de escravos evadidos. Em São Paulo, onde o regime de trabalho era dos mais intensos e grande parte da população cativa havia sido recentemente trazida de outras

províncias, principalmente do Norte, a acomodação era difícil. Além das fugas, os atos de resistência escrava, individuais e coletivos se acumulavam e ganhavam novo significado.”<sup>1</sup>

O objetivo desse trabalho é responder, a partir do jornal estudado, qual o posicionamento da imprensa da localidade de Vassouras e seu entorno quanto à questão da abolição do trabalho escravo no Brasil. Para se chegar a esta resposta, percorremos um longo e interessante caminho.

No capítulo 1, *Vassouras: Breve história sobre a “Princesa do Vale”*, buscamos contar a história da cidade de Vassouras, sua fundação e seus acontecimentos mais importantes. Além disso, tentaremos descrever, de forma sucinta, a sociedade que nela habitava no período. Como bibliografia básica, utilizamos o livro de Ricardo Salles, Inácio Raposo e Stanley Stein, sobre a História de Vassouras.

O capítulo 2, *A imprensa e o movimento abolicionista*, por ser mais extenso, pode ser dividido em duas partes. Na primeira traçamos um breve panorama sobre a história da imprensa no Brasil, sendo de maior interesse para este trabalho as décadas de 1870 e 1880. Nesta parte, com o auxílio de uma bibliografia específica sobre o assunto, tentamos dar conta de todos os temas decorrentes desta pesquisa. Autores como Marco Morel, Nelson Werneck e Marialva Barbosa, são importantes para a construção do texto nesta parte do trabalho.

Na segunda parte, já se delineia o quadro no qual se buscará esmiuçar o Movimento Abolicionista e Emancipacionista desde a sua raiz, com as primeiras leis, que irão intervir diretamente na instituição da escravidão até o 13 de Maio, quando o governo decreta o seu fim.

Por fim, no Capítulo 3, *Nas colunas do Vassourense: Vassouras e a crise da escravatura no Brasil*, apresentamos a pesquisa feita na Biblioteca Nacional, analisando o

---

<sup>1</sup> SALLES, Ricardo. “O Partido Abolicionista”. In: Sara de Oliveira Farias e Maria das Graças de Andrade (org.) *História Regional e Local II. O plural e o singular*, Salvador, EDUNEB, 2012.

periódico em questão. Daí, então, poderemos saber se a nossa pergunta tem resposta e se ela foi obtida com este pequeno trabalho.

## 1 – VASSOURAS: BREVE HISTÓRIA SOBRE A “PRINCESA DO VALE”

Para a escrita deste capítulo, duas obras tornam-se referências principais sobre a história de Vassouras. Primeiramente: “Vassouras, um município brasileiro do café, 1850 – 1900”<sup>2</sup>, importante obra da escravidão negra nas Américas, escrita pelo historiador norte-americano Stanley Stein. A segunda é o livro “E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império”<sup>3</sup>, escrito por Ricardo Salles, no qual se busca revisar alguns detalhes deixados pela obra de Stanley Stein, além da apropriação de novos recursos que surgem posteriormente, tanto historiográficos quanto técnicos.

O município de Vassouras é pertencente a uma região denominada Bacia do Paraíba, mais especificamente falando, da parte do Médio Vale Fluminense. O rio Paraíba do Sul nasce em terras paulistas, na confluência dos rios Paraitinga e Paraibuna, na Serra do Mar. Ele corre, inicialmente, em direção Oeste, até a altura de Jacareí, quando faz uma inflexão para Norte e em direção a Leste, adentrando terras fluminenses, até dobrar ao Sul e desembocar no Oceano Atlântico em São João da Barra. Seu percurso é paralelo ao Oceano Atlântico, formando e ocupando uma grande calha que se situa entre a Serra do Mar, que se alastra paralela e próxima ao litoral, e Serra da Mantiqueira, que divide o Vale do Paraíba do altiplano mineiro. O Vale do Paraíba, por suas características ecológicas, pode ser dividido em: Alto Vale, compreendendo a região mais elevada, incrustrada na Serra do Mar, onde nasce o rio, em São Paulo; o Médio Vale, compreendendo as terras que vão de Resende até Itaocara, e o Baixo Vale, quando o vale vai se nivelando, aos poucos, à Baixada Campista até a foz do rio. No século XIX, a expansão do café, que chegou ao Vale por diferentes vias, converteu o vale geográfico em uma dada unidade socioeconômica e ambiental, com ligações diretas com

---

<sup>2</sup>STEIN, Stanley. *Vassouras, um município brasileiro do café, 1850 – 1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

<sup>3</sup>SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

a Zona da Mata mineira, o velho Oeste paulista, o nordeste da província do Rio de Janeiro, a zona canavieira de Campos, a Baixada e o Recôncavo em torno da Baía de Guanabara e, finalmente, com a praça mercantil do Rio de Janeiro e a corte imperial. É essa região que, segundo o geógrafo Orlando Valverde, denominamos de Bacia do Paraíba. Num segundo círculo de desdobramento, essa região escravista, organizada em torno do café e, em menor dimensão, em torno da cana-de-açúcar, conectava-se com o restante das províncias de Minas Gerais e São Paulo.<sup>4</sup>

Essa região é tida como um complexo, produtor de café, mas também de outros gêneros como o açúcar e que, apesar de voltada para o mercado externo, também abastece o mercado interno. Está estritamente ligada a Corte, que é o centro de finanças e destino da produção para ser exportada. Além disso, é a sede do poder político, iniciado com a chegada da Corte em 1808 e que também estabelece uma relação de dependência com a Bacia do Paraíba, principalmente a partir de meados do século XIX, onde toda essa riqueza produzida pela região é uma das bases de sustentação da política Imperial.

### **1.1 Fundação de Vassouras**

Vassouras em sua origem foi uma vasta sesmaria denominada “Vassouras e Rio Bonito”, concedida em 5 de outubro de 1782 a Francisco Rodrigues Alves e Luís Homem de Azevedo, a sesmaria foi desde logo cultivada por Francisco Rodrigues Alves. Ainda podemos acrescentar que, em 12 de outubro de 1793, era concedida ao Dr. Miguel Ângelo Fagundes e França uma vasta sesmaria nesta região, com uma légua em quadra, recebendo essa segunda sesmaria o nome “Chanceler França”, mais tarde substituída pelo de “Cruzes”. Os primeiros povoadores de Vassouras foram José Ignácio Corrêa Tavares, Luís Homem de Azevedo, Pedro Gomes Leal e Francisco Rodrigues da Silva, os quais em 1782 e 1787 entraram para os

---

<sup>4</sup> MARQUESE, Rafael e SALLES, Ricardo. “A cartografia do poder senhorial. Cafeicultura, escravidão e formação do Estado nacional brasileiro. c.1820 – 1860.” Texto apresentado no seminário: O Vale do Paraíba e a Segunda Escravidão. Vassouras, 23 a 25 de novembro de 2012.

vastos sertões que então se estendiam até o Rio Preto, próximo a região de Minas, derribaram matas e levantaram casas de vivenda.<sup>5</sup>

A difusão da cafeicultura, no Vale Paraíba Fluminense, foi produto da fixação de antigos mineradores, após o declínio da mineração, no último quartel do século XVIII. Eles se estabeleceram às margens dos velhos “caminhos do ouro” que ligavam a região mineira à cidade do Rio de Janeiro, desenvolvendo, de início, uma pequena agricultura de gêneros alimentícios e posteriormente, a lavoura cafeeira. Em um inventário, de 1813, já existe uma pequena produção de café que atesta a sua primazia na cultura do produto. Os recursos e caminhos das tropas tiveram um lugar de destaque na expansão da economia cafeeira e o mercado externo, agiu como agente impulsionador da estrutura escravista colonial, base da lavoura cafeeira.<sup>6</sup>

Segundo o historiador Flávio dos Santos Gomes em seu livro “História de Quilombolas. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX”<sup>7</sup>, até fins do século XVIII, a região de Vassouras tinha sido escassamente povoada. A área era ocupada por algumas pequenas roças e pequenos ranchos na beira das estradas e dos caminhos que cortavam a região, servindo como trilha para tropeiros provenientes das zonas auríferas de Minas Gerais, sendo local de abastecimento de tropas de mulas que ali passavam com gêneros de primeira necessidade.

Vassouras era um simples pouso de tropas por ocasião do estabelecimento dos primeiros grupos de mineiros que cultivavam o anil e criavam porcos e carneiros. Ao iniciar-se o século XIX, já temos notícia da produção cafeeira que tornou a região o centro dos grandes latifundiários fluminenses. A sua ocupação articulou-se à construção de variantes do

---

<sup>5</sup> RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras*. Niterói, Seec, 1978.

<sup>6</sup> MACHADO, Humberto Fernandes. *Escravos, Senhores e café: A crise da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba Fluminense, 1860 – 1888*. Niterói. Clube de Literatura Cromos, 1993.

<sup>7</sup> GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

Caminho Novo em direção a Pati do Alferes, Pau Grande e Sacra Família do Tinguá pela margem direita do rio Paraíba do Sul.<sup>8</sup>

A ocupação do Vale Paraíba Fluminense ocorria concomitantemente a dizimação dos índios Puris e Coroados que habitavam a região, resultado deste processo. Enquanto não existia cultura altamente remunerada que valorizasse as terras, não houve dificuldades para os posseiros destituídos de propriedade ou de concessão de sesmaria. Os conflitos entre eles e os proprietários, a defesa de cada palmo do solo, somente ocorreram a partir da expansão da lavoura cafeeira, quando a Coroa Portuguesa privilegiou, especialmente no período joanino, elementos da burocracia governamental, numerosos agricultores, antigos mineradores e comerciantes do Rio de Janeiro com grandes extensões de terras, na região próxima a Corte.<sup>9</sup>

Estas doações eram feitas a pessoas que conheciam os trâmites e as formalidades para a sua obtenção, além de possuírem recursos para adquirirem os títulos expedidos. A aquisição de terras assegurava “status”, pois a posse de grandes extensões territoriais garantia, acima de tudo, prestígio nesta sociedade aristocrática. O regime de sesmaria propiciou a criação de um grupo de privilegiados que mantinha a sua autoridade a custa dos grandes latifúndios. Elites dirigentes preocupadas com o controle social e com a manutenção da ordem.

A província fluminense possui duas regiões, com características distintas: a Baixada Fluminense e a Serra. A Baixada compreende o percurso que inclui a Baía de Guanabara até o início da Serra do Mar, sendo o limite a oeste a Ilha Grande e a leste os Campos dos Goitacazes. A “Serra”, utilizando-se o termo de Alberto Lamego compreende toda a parte montanhosa da bacia do Médio Paraíba. Não há escarpas ásperas, os “fatores morfológicos dominantes são a meia laranja ou uma série de ondulações ainda menos abauladas, podendo o homem subi-las por quase toda parte”. A superfície do planalto inclina-se suavemente para o

---

<sup>8</sup> MACHADO, Humberto Fernandes. *Escravos, Senhores e café: A crise da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba Fluminense, 1860 – 1888. op. cit.*

<sup>9</sup> MACHADO, Humberto Fernandes. *Escravos, Senhores e café: A crise da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba Fluminense, 1860 – 1888. op. cit.*

interior em direção ao Vale do Paraíba. A erosão talhou um conjunto de morros com uma altitude de 200 a 550 metros facilitando o povoamento<sup>10</sup>.

A região serrana transformou-se com a expansão cafeeira. Resende, antigo “ponto de passagem dos povos da Capitania de São Paulo e das Gerais”, constitui-se no núcleo gerador da cafeicultura do Vale do Paraíba para Barra Mansa, Vassouras, Valença, Paraíba do Sul e Barra do Piraí. As lavouras de Valença e Vassouras encontraram-se com os que tiveram o centro inicial em São Gonçalo na direção de Cantagalo onde se formou posteriormente, um novo polo de irradiação. Enquanto Resende assumiu o papel pioneiro na parte Ocidental do Vale, Cantagalo teve a primazia na parte Oriental.<sup>11</sup>

A 4 de setembro de 1820, por alvará d’El-Rei, foi criada a vila do Pati do Alferes. Compreendia as freguesias de Nossa Senhora da Conceição de Pati; Sacra Família do Caminho Novo do Tinguá; Nossa Senhora da Conceição e Apóstolos São Pedro e São Paulo da Paraíba Nova; e os curados de Santana de Cebolas e Senhor Bom Jesus de Matosinhos, no Sardoal.<sup>12</sup>

As fazendas do município cresciam prosperamente, destacando-se entre elas as da Freguesia e da Maravilha, pertencentes ao Capitão-Mor Manoel Francisco Xavier, e algumas outras que, pela sua quantidade de terras cultiváveis e cultivadas, pelas suas numerosas escravaturas, que constituíam verdadeiros exércitos, indicavam grandes ou formidáveis riquezas.<sup>13</sup>

Em 1832 foi criada a Sociedade Promotora da Civilização e da Indústria, que foi definitivamente instalada a 16 de maio, sob a presidência de Francisco das Chagas Werneck. Apesar, entretanto, dos consideráveis esforços empregados por essa instituição para o

---

<sup>10</sup> MACHADO, Humberto Fernandes. *Escravos, Senhores e café: A crise da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba Fluminense, 1860 – 1888. op. cit.*

<sup>11</sup> MACHADO, Humberto Fernandes. *Escravos, Senhores e café: A crise da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba Fluminense, 1860 – 1888. op. cit.*

<sup>12</sup> RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras. Niterói, Sec, 1978.*

<sup>13</sup> RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras. Niterói, Sec, 1978.*



levantamento do Pati, continuou essa localidade sem progresso algum. A nova ordem das coisas não alterou o marasmo do Pati, que prosseguiu vagaroso e lento, com que esforçando para resistir ao impulso do progresso.<sup>14</sup>

Em 1833, o presidente da Câmara pôs em discussão a matéria que foi sabiamente desenvolvida pelo vereador Vasconcelos que propôs finalmente a mudança da sede do Município para Vassouras, tanto pela prosperidade do lugar, como pela comodidade para a população de Sacra Família que já contava sete eleitores e era mais próxima de Vassouras que o Pati do Alferes que continuava com quatro casas e absoluta falta de recursos. Com isso, fica extinta a vila de Pati de Alferes, e em seu lugar ereta em vila a povoação de Vassouras, compreendendo no seu termo as freguesias de Sacra Família e Pati do Alferes.<sup>15</sup>

Logo que foi criada a vila tratou-se com maior urgência do levantamento do pelourinho, símbolo da autoridade. Perante grande número de pessoas foi inaugurado o monumento às 9 horas da manhã do dia 15 de março de 1833. Ao mesmo tempo que se levantava o pelourinho, inaugurava-se a cadeia pública. Instalada que foi a vila, começaram desde logo a funcionar a Câmara que realizou a sua primeira sessão a 20 de março de 1833 e as audiências do juízo ordinário, estas em 20 de abril do mesmo ano.<sup>16</sup>

Na sessão da Câmara de 7 de maio de 1836, “tendo subido o número de casas, dizia parecer, a mais de 1300, seria bastante que houvesse em cada uma delas uma só criança em idade de receber instrução, para que contasse no município para mais de 1300 meninos em idade de aprender e no entanto só 28 dessas crianças é que estão estudando, e isto mesmo em aulas particulares<sup>17</sup>.

Em 1857, já então em seu auge, Vassouras foi elevada à condição de cidade. Como especificidade, Vassouras concentra o núcleo urbano mais importante do Vale no período do

---

<sup>14</sup> RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras*. Niterói, Seec, 1978.

<sup>15</sup> RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras*. Niterói, Seec, 1978.

<sup>16</sup> RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras*. Niterói, Seec, 1978.

<sup>17</sup> MACHADO, Humberto Fernandes. *Escravos, Senhores e café: A crise da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba Fluminense, 1860 – 1888*. op. cit.

Império, com grandes fortunas, grandes fazendas e numerosa população escrava, tendo por consequência a concentração também de boa parte da camada superior da boa sociedade imperial.<sup>18</sup>

## 1.2 Etapas da história de Vassouras

Ricardo Salles, com a intenção de entender melhor o comportamento de senhores e escravos na região de Vassouras, adota uma perspectiva temporal no que diz respeito às fases de desenvolvimento da cultura cafeeira na região. Separa os períodos em quatro: implantação, de 1821 a 1835; expansão, de 1836 a 1850; apogeu, de 1851 a 1865; e grandeza, de 1866 a 1880.<sup>19</sup>

O período de implantação foi marcado pela transformação da região numa área de plantation, com a chegada em larga escala de cativos africanos, oriundos principalmente do tráfico transatlântico, o desmatamento e a ocupação das terras. Surge uma camada social dominante da região que são os megaproprietários de escravos, que iriam muitas das vezes ditar as regras na região.<sup>20</sup> Período caracterizado pela enxurrada de sesmarias dadas pelo poder imperial, muitos destes sesmeiros eram pessoas que retornaram enriquecidas da mineração, exemplo os Wernecks, que se tornaram uma das principais famílias de fazendeiros da região próxima a Vassouras. Outros são os Lacerdas, possuindo imensas terras, ambos controlavam a vida econômica, social e política da região.

O período de expansão foi o pico econômico da cultura cafeeira vassourense, quando se atingiu os recordes de produção, alimentado pelas levas de africanos despejados nas fazendas pelo tráfico internacional. Do ponto social, foi o momento máximo do poder e da

---

<sup>18</sup>SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

<sup>19</sup>O autor afirma que esta divisão não pode ser encarada rigidamente, mas que tal subdivisão visa a acompanhar, por um lado, determinados marcos na história do Império e da escravidão e também de Vassouras. SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. p. 150.

<sup>20</sup> SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

riqueza das grandes famílias de senhores de terras e escravos e, ao mesmo tempo, de grande instabilidade social, causada pela presença maciça de africanos e pelo incremento de suas ações de rebeldia aberta ou velada.<sup>21</sup>

Para combater esses levantes organizava-se em todos os municípios do Brasil a Guarda Nacional. Em Vassouras, em sessão de 20 de julho de 1834, a Câmara Municipal tratava deste assunto com grande empenho. Foi escolhida a oficialidade entre a melhor parte da população vassourense, tendo sido eleito seu primeiro comandante o Barão de Campo Belo, que despendeu com essa milícia para mais de 70 contos, quantia avultadíssima<sup>22</sup>.

Sobre esta grande instabilidade social neste período, é de se destacar um importante, se não o mais importante levante ocorrido na região, que ficou conhecido como o Levante de Manuel Congo, ocorrido em 1838. Sendo esta região marcada por diversas tentativas de levantes e insurreições neste período, auxiliada pela grande concentração de mão-de-obra escrava.

No dia 5 de novembro de 1838, centenas de escravos pertencentes ao capitão-mor Manuel Francisco Xavier, abandonaram as senzalas da fazenda Freguesia, e na madrugada seguinte, rumaram para a fazenda Maravilha - também posse do capitão-mor, reunindo grande quantidade de provisões. Então, partiram para a floresta vizinha, onde se encontrava outro grupo de escravos, pertencentes ao fazendeiro Paulo Gomes Ribeiro de Avelar, que também haviam fugido, espalhando o pânico na região e que logo se espalhou para a Corte e demais províncias.

Fazendeiros locais e autoridades são acionados e ficam em estado de alerta máximo. Menos de dois dias depois de receber o ofício do juiz de paz relatando os acontecimentos, reunia a Guarda Nacional, com um contingente de 150 guardas, acrescentados pedestres, fazendeiros e cidadãos do distrito, chegando-se a um número de quase 200 homens. Com tal

---

<sup>21</sup>MACHADO, Humberto Fernandes. *Escravos, Senhores e café: A crise da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba Fluminense, 1860 – 1888. op. cit.*

<sup>22</sup>RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras. Niterói, Sec, 1978.*

destacamento, acreditava-se ser fundamental alcançar os fugitivos antes que construíssem seus quilombos em locais de difícil acesso.

Repressão imediata surtiu efeito desejado de sufocar a insurreição, sendo o número de escravos participantes, algo em torno de 400 a 450. Apesar de encontrados, escravos imprimiram resistência, havendo baixas de ambos os lados, sendo o lado dos fugitivos o mais vulnerável, devido à desproporção bélica. Foram encontradas ferramentas, indicando provável organização de economia própria no quilombo a construir, e identificados dois grupos de fugitivos, sendo apenas um encontrado enquanto do outro não houve notícias.

Em 12 de Novembro, Manuel Congo e Mariana crioula, identificados como “rei” e “rainha” do quilombo são presos feridos. Boa parte dos escravos fugidos quando não são mortos, são capturados, ou retornam para as fazendas próximas apadrinhados. Em dezembro de 1838 concluíam-se a primeira parte do inquérito, na qual foram indiciados culpados 16 escravos de ambos os sexos. Em 1839, foi julgado e condenado à morte, Manuel Congo, sendo outros dez escravos condenados, mas com penas de castigos corporais. Em setembro, Manuel Congo é enforcado.<sup>23</sup>

Enquanto tão sério movimento existia, a Câmara Municipal de Vassouras conservou-se em sessão permanente, sob a presidência de Laureano Corrêa e Castro, de 13 de novembro a 11 de dezembro, tempo que gastaram as tropas do governo na pacificação do município.

Apesar da magnitude e importância deste levante, ele não foi o único a acontecer na região. A década de 30 foi marcada por atos de violência entre senhores e escravos. Em 1847 houve a notícia de uma tentativa de “insurreição geral dos escravos do município”. Verificou-se pelo processo que então se formou, que havia uma associação secreta dos escravos, dividida em círculos de diversas categorias, dada uma das quais era composta de 5 membros, cujo chefe recebia as ordens do de categoria imediatamente superior e assim por diante até o

---

<sup>23</sup>GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

chefe principal, pardo livre, ferreiro de profissão, de nome Estevão Pimenta. A sociedade era de natureza mística, porque com suas aspirações à liberdade voltava um culto supersticioso à imagem de Santo Antônio; ela era conhecida como nome de Elbanda; os chefes inferiores com os de Tates Corongos<sup>24</sup>.

A insurreição devia rebentar no dia 24 de junho, e a organização da sociedade indicava que ela era formada e era dirigida por cabeça oculta e mais inteligente do que a de qualquer escravo, ou do ferreiro Pimenta; para prevenir a insurreição o governo mandou por junto 6 soldados de polícia. Ora se não estivessem aparelhados os fazendeiros para interpor os maiores obstáculos aos planos dos escravos, e seriam muito prejudicados. A organização, porém, que foi feita por ocasião do Levante do Pati, garantia aos fazendeiros a vitória, não havendo, porém, que nos conste, a monstruosidades praticadas outrora.

Além de problemas internos, os fazendeiros da região na década de 40 ainda sofreram com fortes pressões externas. Interessados diretos na conservação do elemento servil, sentiram-se profundamente feridos os agricultores com atitude da Inglaterra, e quando se divulgou a notícia que a Times, na sua edição de 24 de julho de 1845 publicava um artigo, classificando esse tráfico de “frenesi de desumanidade e injustiça estimulado por essa avareza brutal que procura os seus lucros nas mais bárbaras fontes”, o espírito escravagista da época se irritou sobremodo, e era tendência geral não mais um protesto, mas um rompimento completo com a defensora dos mares<sup>25</sup>.

Nas décadas de 50 e 60 os temores revigoraram, sendo em 1856 na cidade de Vassouras e em 1865 em Valença, Paraíba do Sul e Barra Mansa. Em 05 de agosto de 1854, fazendeiros alarmados de Vassouras, deliberaram sobre a nomeação de uma “Comissão Permanente”, recomendações e instruções que visavam combater possíveis surpresas, como

---

<sup>24</sup> RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras*. Niterói, Sec, 1978.

<sup>25</sup> RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras*. Niterói, Sec, 1978.

insurreições parciais. O Vale do Paraíba Fluminense parecia palco privilegiado para espetáculos de histeria coletiva.<sup>26</sup>

Em 1848 é assinalado pela história de Vassouras, como o ano da visita que fez D. Pedro II. “S. M. Imperial fez sua entrada às 8 da manhã em Vassouras encontrando no portão da casa preparada para hospedá-lo grande concurso de cidadãos decentemente vestidos e a Guarda Nacional no número de 230 e tantos de uma e outra arma, donde igualmente de novo deram vivas ao som repinicado dos sinos e das salvas das duas fortalezas que para esse fim se haviam construído<sup>27</sup>.”

O período de 1851 a 1865 é denominado de apogeu. Neste período, ainda que o ritmo da produção começasse a diminuir devido ao fim do tráfico internacional e, principalmente, pela escassez de terras virgens para alimentar a expansão experimentada anteriormente, do ponto de vista social, ocorre certa estabilização das comunidades de senzala e também, a consolidação e a difusão do éthos senhorial-escravista, com construções de luxuosas casas de morada como sede das fazendas e símbolo de ostentação e riqueza. Vassouras se transformou, por seus melhoramentos urbanos e por sua vida social, na princesa do Vale Paraíba. Estreitaram-se as relações entre os grandes proprietários e a Corte. Adquiriram-se os almejados títulos de nobreza em maior escala.<sup>28</sup>

Se o receio de uma insurreição geral é talvez ainda remoto na década de 1850, o das insurreições parciais é sempre iminente, acrescentando a mudança da origem de importação dos escravos, que passa a ser o Norte do Império. Como forma de evitar tais insurreições, é criada uma Comissão Permanente com medidas como, manter nas fazendas uma proporção de pessoas livres, em relação a população escrava, além de permitir que os escravos possam ter

---

<sup>26</sup>GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

<sup>27</sup>RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras*. Niterói, Seec, 1978.

<sup>28</sup>SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

roças para pequenas produções. Acreditando-se assim, proteger as fazendas da desestabilização.<sup>29</sup>

Em 1854, no meio de tanta alegria e progresso, veio uma cruenta epidemia flagelar a população de Vassouras. Em meado de setembro, irrompeu nesta cidade a varíola, tomando rápido desenvolvimento, e atingindo a mortalidade ao número de 5 a 6 pessoas por dia. A 26 de agosto de 1856, a freguesia de Santa Cruz dos Mendes, passava do Pirai para Vassouras, pela lei Provincial número 858. Mendes já contava neste período com 36 fazendas de café, 9 casas de negócios e 6 boas oficinas. A lei Provincial número 961 de 1857, dava a próspera e florescente povoação de Vassouras os foros de cidade. Em 1863, o Município contava então 5 casas de bilhar, 11 padarias, 11 oficinas de ferreiros, 2 oficinas de correios, 10 alfaiatarias, 9 sapatarias, 3 olarias, 6 fábricas de açúcar e aguardente e 5 oficinas de canecos.<sup>30</sup>

A década de 60 teve como grande marco na região a construção da ferrovia, que veio a se chamar Estrada de Ferro D. Pedro II. A 17 de dezembro do mesmo ano, realizou-se a inauguração do trânsito pelo túnel grande da Estrada de Ferro e da nova ponte sobre o rio Paraíba, no Desengano, bem como da sessão daquela estrada entre a estação de Vassouras, no rio das Mortes, e a do Desengano no município de Valença, com a presença do Imperador e Família Imperial. A carência de transporte entre a cidade e a Estação do Rio das Mortes, prejudicava a prosperidade do local, servindo apenas por carruagem e diligências cujos proprietários sabiam tirar partido da situação. Uma linha ferro-carril se impunha. A 4 de fevereiro de 1873, o presidente da província contratou os drs. Caetano Augusto Rodrigues e Luís Bandeira de Gouveia a construção de uma linha carril para o transporte de cargas e passageiros, entre as cidades de Vassouras e a estação da Estrada de Ferro D. Pedro II que serve a mesma cidade em Desengano. Em outubro de 1874 se iniciaram as obras, nos últimos

---

<sup>29</sup> BRAGA, Greenhalgh H. F. (comp.) *História, fatos e gente. Rio de Janeiro, Ultra-set, 1978.*

<sup>30</sup> RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras. Niterói, Seec, 1978.*

dias de fevereiro de 1875 estavam todos eles concluídos, e a 5 de março era solenemente inaugurada a linha<sup>31</sup>.

O período de 1866 a 1880 é denominado de grandeza. Não obstante a inexistência de matas virgens que propiciassem a plantação de novos pés de café e do lento declínio da produtividade dos cafezais envelhecidos, as fazendas ainda eram um bom negócio. Negócio esse, baseado na propriedade de plantéis de cativos num quadro em que a população escrava tendia à auto-reprodução natural. Ao mesmo tempo, a introdução de novas tecnologias na produção do café permitiu que a produtividade do trabalho escravo alcançasse seus níveis mais elevados. Nesse momento de grandeza, contudo, diante de um novo protagonismo social de seus cativos, que se movimentavam em busca de novos espaços sociais e direitos, cada vez mais difíceis de serem contemplados e enquadrados, os senhores viram sua margem social e econômica de manobras se estreitarem de forma drástica.<sup>32</sup>

Este período é marcado por importantes acontecimentos na história do Brasil, que mudam por completo os rumos da nação. Vassouras dada a sua relevância neste momento no cenário atual, também participa de forma ativa, como no caso da Guerra do Paraguai, onde o governo necessitou de defesa, foram qualificados neste município, 3874 guardas nacionais, sendo 3007 da ativa e 867 da reserva. A “Folhinha dos contos Morais para 1867” traz a notícia de haverem, a 30 de setembro de 1865, os negociantes e fazendeiros de Pati do Alferes contribuído com larga soma para os cofres públicos afim de auxiliar a campanha que encetamos contra o governo do Paraguai<sup>33</sup>.

Com relação a Lei do Ventre Livre em 1871, essa lei e suas medidas foram todas recebidas em Vassouras como pragas e maldições de fazendeiros que aniquilariam o Visconde do Rio Branco e a Princesa Isabel, se tivessem força para tanto. Aparecia a 15 de junho de

---

<sup>31</sup>RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras*. Niterói, Seec, 1978.

<sup>32</sup>SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

<sup>33</sup>RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras*. Niterói, Seec, 1978.



1873 o jornal “O Município” que foi o primeiro jornal que se publicou em Vassouras. Surgia sob a direção dos drs. Lucindo Filho, Alberto Brandão, Rodolfo Leite e Herculano de Figueiredo. Depois de curta interrupção, reapareceu com o mesmo nome, dirigido só pelo dr. Lucindo Filho, que posteriormente fundou “O Vassourense”.

Há de se destacar o aparecimento tardio da imprensa em Vassouras, que pode ter origem na força da classe senhorial da localidade, não interessada neste veículo de informação na região. E se a imprensa se frutificou em Vassouras durante longo tempo ininterrupto, deve-se isto ao dr. Lucindo Filho.

### **1.3 Concentração da mão-de-obra escrava em Vassouras**

Vassouras, apesar de ser uma região de ocupação recente e já dominada pela grande propriedade exportadora, não fugiu muito do padrão de certa difusão social da posse de cativos entre todos os setores livres da sociedade que dispusessem de recursos, conseguindo manter, com isso, até um determinado tempo, fortes laços de solidariedade escravista entre os cidadãos livres da região. Como forma de melhor compreender e entender a dinâmica de concentração da propriedade escrava na região de Vassouras, Ricardo Salles distingui cinco grandes grupos de proprietários na região, a partir de análises dos dados obtidos em inventários post-mortem. São eles: microproprietários, que possuíam entre um e quatro escravos; pequenos proprietários, donos de 5 a 19 escravos; os médios proprietários, que detinham de 20 a 49 escravos; grandes proprietários, donos de 50 a 99 escravos; e os megaproprietários, com 100 ou mais cativos.<sup>34</sup>

A propriedade escrava nasceu concentrada em Vassouras, abastecida por cativos africanos num curto período de tempo, permanecendo concentrada e disseminada até períodos próximos ao fim da escravidão, sendo uma diferença de Vassouras para as demais regiões, a

---

<sup>34</sup>SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

maior concentração de cativos por parte dos megaproprietários, mesmo que essa concentração não fosse resultado de uma concentração “qualitativa” de mão-de-obra escrava.<sup>35</sup>

Até momentos anteriores à lei que extinguiu o tráfico internacional de escravos, a maioria da população cativa da região era formada por africanos, jovens e adultos do sexo masculino, sendo oferecida grande oferta de escravos, o que entre outros fatores, possibilitou a prática disseminada de alforrias, elemento catalisador e aliviador de pressão e de ameaça, representada por uma grande massa de escravos. Posteriormente à lei de 1850, observa-se um aumento no número de crioulos nos plantéis vassourenses, sendo a predominância destes crioulos somente a partir de 1860. Com a crioulização de plantéis, tendência ao equilíbrio, tanto sexual quanto etário dos plantéis, sendo apresentado há longo prazo, condições potenciais de reprodução natural positiva. Como consequência financeira da lei de 1850, houve a forte e imediata valorização do patrimônio dos fazendeiros, iniciando também de forma quase que imediata, a importação de escravos de outras províncias do Império. Em compensação, os números sugerem que a lei de 1850, não afetou em quase nada a situação das diferentes faixas de proprietários de cativos em Vassouras.<sup>36</sup>

Outro momento impactante para as pretensões da classe dos senhores e proprietários de escravos, sendo este um duro golpe, foi a lei de 28 de setembro de 1871. Nesse momento, a cidade de Vassouras ainda vivia um momento de grandeza, mesmo já sofrendo um declínio na produção de café, conforme foi explicitado anteriormente. Mas algo havia mudado. Segundo o professor Ricardo Salles, a fusão de seus interesses, no caso da cidade de Vassouras, com o Estado Imperial, que havia alicerçado a expansão da classe senhorial a partir da década de 1840, começou a se desfazer. Em face da montante opinião pública, nacional e internacional abolicionista, os senhores do sudeste não conseguiram evitar a aprovação da lei, sendo

---

<sup>35</sup>SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

<sup>36</sup>SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

projetada pela primeira vez para os fazendeiros da região de Vassouras e também do restante do Império, uma lei que determina um horizonte para o fim da escravidão<sup>37</sup>.

#### **1.4 Vassouras e suas especificidades**

Como um dos objetivos deste capítulo inicial, busca-se demonstrar o quão importante e diversificada foi à região de Vassouras no período Imperial e, por isso, digna de promover o interesse de importantes historiadores nacionais e internacionais, sobre tão rica, diferenciada e importante história para com o período tratado neste trabalho. Mas, certamente, uma das grandes especificidades desta região, que promoveu um grande interesse do professor Ricardo e posteriormente deste trabalho foi, sem dúvida, a questão da reprodução natural positiva dos plantéis de escravos na região. É reconhecido que não foi somente esse local que sofreu com esse fator na dinâmica social da escravidão brasileira.

Em finais da década de 1860, surge em Vassouras um novo perfil para escravidão. Os plantéis e as comunidades de senzala passaram a tender à estabilidade, sendo nessa situação, um maior ganho de segurança para as famílias de cativos, fosse pela pressão que os próprios cativos exerciam em sua defesa contra a lógica de mercado, fosse porque passaram a ser mais valorizadas pelos senhores como base para a expansão ou manutenção numérica dos plantéis. Os casamentos ou uniões estáveis entre os escravos de Vassouras eram uma realidade que repousava, por um lado, sobre o cada vez maior equilíbrio entre os sexos e a maior estabilidade dos plantéis e, por outro, resultava em um número crescente de filhos entre estes cativos.<sup>38</sup>

Todo este processo de crescimento da população cativa de forma natural na região de Vassouras, segundo Ricardo Salles, é possivelmente acompanhado de melhoria nas condições de vida dos escravos, principalmente, a partir da extinção do tráfico internacional de escravos.

---

<sup>37</sup>SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

<sup>38</sup>SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

Com isso, tem-se a percepção de que a lei de 28 de setembro de 1871 teve impacto sobre uma região escravista que, mantidas as condições sociais e demográficas engendradas durante a década de 1860, apresentava plenas condições de se auto-reproduzir de forma estável, sem grandes aportes externos de mão-de-obra e por um longo tempo.<sup>39</sup>

Outro fator que marca a história de Vassouras, e também do Império, é a criação da Estrada de Ferro. A criação desta estrada promove uma intensa luta de interesses, entre duas famílias pertencentes à classe Senhorial, disputando para si os benefícios concedidos por tal empreendimento e também, quem detém a maior influência para com o poder Imperial. Esta disputa é entre os Teixeira Leite e os Faro, disputando qual o plano mais viável para sua localidade, ou mais especificamente, para seus interesses particulares.

Ao se desenvolver o caminho seguido pela Estrada de Ferro, os Teixeira Leite, defensores dos interesses da cidade de Vassouras, buscam implementar o caminho seguido pelo plano do Morro Azul, enquanto os Faro, defensores dos interesses de Valença, o plano do Ribeirão dos Macacos. O que há de comum é a percepção destes homens que a construção e, principalmente a localização desta estrada, transformaria por completo a vida agrícola e comercial da província.

Há de se destacar a colaboração vassourense nesta grande obra, seu interesse era antigo por tal empreendimento, como na sessão realizada na Câmara Municipal em 19 de julho de 1854, onde se pede ao Ministro do Império a maior urgência no andamento destas obras da estrada. Segundo Augusto de Carvalho no seu livro *O Brasil*, cabe a Vassouras o maior quinhão de glórias na organização da nossa principal empresa neste gênero (estradas de ferro), sendo os primeiros estudos para este melhoramento feito a expensas dos seus ativos

---

<sup>39</sup>SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

habitantes. Entre eles Dr. Joaquim José Teixeira Leite, seus irmãos, e o Dr. Caetano Furquim de Almeida<sup>40</sup>.

No que tange a disputa dos interesses dessas famílias, ao se construir a 1ª Seção da Estrada, iniciou-se a disputa por interesses, acusando-se um ao outro, realizarem somente os interesses próprios. Eram ambas essas famílias riquíssimas e poderosas contando os Teixeira Leite com os Correia e Castro, Avelar, Werneck, Furquim de Almeida e outras. Os Faro com todos os fazendeiros situados a margem do Paraíba e com o formidável prestígio do principal membro da família o Barão de Rio Bonito e a proteção de inúmeros figurões do império<sup>41</sup>.

Coube a vitória aos Faro, sendo o plano Ribeirão dos Macacos o construído. Esta derrota dos Teixeira Leite acabou sendo tomada como uma derrota da cidade de Vassouras, demonstrando uma certa perda de prestígio dessa localidade para com o poder Imperial e auxiliando na instalação de uma crise ou decadência econômica.

### **1.5 Década de 1880, Vassouras e seu momento de decadência**

A partir de 1880 a cidade de Vassouras passa realmente para uma fase de decadência, que já havia dado seus indícios anteriormente, como no caso da diminuição da produção de café e sua perda de influência, como centro de aglutinação da classe senhorial, para com a política Imperial. Esta é a fase em que este trabalho tem a maior preocupação em analisar. Momento este que, segundo Evaristo de Moraes em seu livro “A Campanha Abolicionista (1879 – 1888)<sup>42</sup>, ao mesmo tempo em que se iniciava a ação parlamentar, era a propaganda abolicionista feita popularmente em favor dos escravos.

Os anos de 1880 e 1881 são profundamente marcados pela epidemia de febre amarela, constatada pelo Dr. Lucindo filho, que assola a localidade, atingindo muitas pessoas e aumentando ainda o processo de decadência do município, e só posteriormente aceita pelos

---

<sup>40</sup>RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras*. Niterói, Seec, 1978.

<sup>41</sup>RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras*. Niterói, Seec, 1978.

<sup>42</sup>MORAES, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista (1879-1888)*. Brasília, 2ª edição. Editora Universidade de Brasília, 1986.

outros médicos. Em 1882, com o resultado do recenseamento da escravatura do município, verificou-se que Vassouras possuía a quarta maior população escrava da província, ficando atrás de Campos, Valença e Cantagalo.

Tendo Vassouras a quarta maior população escrava da província, segundo censo de 1882, é interessante destacar que mesmo a localidade já sofrendo no período com o processo de decadência, tanto financeira quanto social, devemos ter um cuidado ao se examinar tais informações. Esta localidade ainda é possuidora de grandes fazendas, que se não produzem o mesmo que em tempos áureos, continuam a ter uma produção significativa e, além disso, possuía ainda uma enorme riqueza no período, que estava com os preços elevadíssimos, que é a mão-de-obra escrava.

Com o aumento considerável da propaganda abolicionista, resolveram em Vassouras, organizar uma sociedade sob o nome de Clube da Lavoura do Município de Vassouras, que teria por fim promover a emancipação no sistema da lei de 28 de setembro de 1871, tão execrada no início, pedindo que fosse ela executada e ampliada segundo as necessidades do serviço escravo, e procedendo em tudo de harmonia com outros clubes<sup>43</sup>. O Clube da Lavoura, na verdade, visava defender os interesses dos fazendeiros, que compunham a maioria de seus membros. Apegava-se à lei de 1871, que havia sido duramente atacada pelos mesmos fazendeiros na época de sua aprovação, como a última palavra sobre a questão servil. Portanto, o objetivo do Clube era combater a propaganda abolicionista.

A sessão organizadora efetuou-se no paço municipal, aí presentes mais de cem pessoas, sendo as medidas principais defendidas a do aumento do fundo de emancipação, por meio de taxas módicas, incidindo sobre todas as classes, simplificação do processo de liberdade por este fundo, criação de uma guarda paroquial para garantia dos proprietários.

---

<sup>43</sup>RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras*. Niterói, Seec, 1978.

Nos primeiros dias de março de 1888, distribuíam-se boletins por todas as casas, convidando as pessoas ricas da cidade e o público em geral para uma reunião na Câmara onde se trataria de assunto importante para a lavoura do município. O fazendeiro José de Vasconcelos, usando da palavra disse que, para não verem desorganizados o trabalho rural de um momento para o outro, os lavradores vassourenses deveriam dar liberdade aos escravos no município, sendo essa medida a única segura para garantir o futuro agrícola de Vassouras. A proposta foi rechaçada pela maioria, na reunião, sendo José de Vasconcelos vaiado e quase linchado.

Falou em seguida o Comendador Quintiliano Caetano da Fraga, asseverando que o Conselheiro Paulino de Souza acabava de garantir aos lavradores fluminenses mais 5 anos de escravidão, por conseguinte o autor daquela reunião e promotor de semelhante perigo teria em breve a recompensa de sua leviandade, pois era um indivíduo tal que toda a sociedade vassourense estava na obrigação de repelir pelos seus desmandos e loucuras.

Em Vassouras, a lei do 13 de maio, provocou reclamações por parte dos fazendeiros, apesar de nada modificarem, seus vãos clamores. Na sessão realizada a 7 de junho de 1888, leu o presidente da Câmara, Barão de Santa Maria: “Uma mensagem para ser dirigida aos senadores e deputados que com rara coragem cívica, superioridade de espírito, inteireza de caráter e louvável coerência, lavraram por meio de seus votos, bem significativo protesto contra a precipitação e injustiça com que foram postergados os seus direitos e interesses incontestáveis de nacionais e estrangeiros residentes neste império, todos contribuintes do estado<sup>44</sup>.”

A princípio tentaram os senhores uma reconciliação com os seus ex-escravos no sentido de conservá-los no eito como simples empregados, mas na maior parte das fazendas essa proposta não surtiu efeito, e os negros afluíram para a cidade. Durante os últimos dias de

---

<sup>44</sup>RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras*. Niterói, Seec, 1978.

maio, junho, julho e agosto esteve completamente cheia a cidade de negros e negras desocupados que se ofereciam por ínfimos salários para qualquer serviço doméstico. Em breve desenganados, por não obterem espaço no mundo do trabalho das cidades, volviam finalmente a lavoura. A situação financeira do município tornou-se péssima: desvalorizavam-se as propriedades rurais e em seguida as urbanas<sup>45</sup>.

Neste quadro de decadência financeira da década de 1880, que a Campanha Abolicionista, se desenvolveu pela imprensa, na cidade de Vassouras e catalisou o processo de crise do trabalho escravo no Império brasileiro.

---

<sup>45</sup>RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras*. Niterói, Seec, 1978.



## 2 – A IMPRENSA E O MOVIMENTO ABOLICIONISTA

Apesar de serem objetos diferentes e possuidores de histórias também diferentes, principalmente nas décadas de 1870 e 1880, tanto a imprensa, quanto o movimento abolicionista, ganharam contornos na história do Brasil. Ambos estiveram intimamente ligados, proporcionando seu desenvolvimento e promovendo uma transformação que abalará as bases de uma instituição que se parecia já consolidada, a escravidão.

Ressaltamos, porém, que nem toda a imprensa serve de propaganda para o movimento abolicionista e que, também o movimento abolicionista é muito mais amplo que a publicação de panfletos e periódicos de cunho propagandístico da causa libertadora. Ainda assim, ao se combinar esses objetos em um cenário carregado de problemas de cunho social, político e econômico - que é o caso do Império brasileiro, no final do século XIX - desgastado por uma pressão humilhante por parte do abolicionismo da coroa britânica, vindo de uma guerra que marcara profundamente o cenário nacional e de uma população cada vez mais influenciada por ideias “subversivas” a ordem - cria-se um momento único e com potencialidades diversas, que pode definir por um longo tempo, os rumos e futuro de uma nação.

Conceito de suma importância, não somente para este capítulo, como para o entendimento de todo este trabalho, é o conceito de *Segunda Escravidão*, utilizado também por Ricardo Salles, em alguns de seus trabalhos. O historiador Dale Tomich forjou o conceito de Segunda Escravidão para ajudar a compreender as especificidades do Sistema Escravista implantado em fins do século XVIII e espreado por quase todo o século XIX no Sul dos Estados Unidos (maior exportador mundial de algodão), em Cuba (maior exportador mundial de açúcar) e no Brasil (maior exportador mundial de café). Para o caso brasileiro a transformação da antiga área proibida em maior zona de produção agrícola para exportação se fez, entre outros pontos, através da elevação do número de escravos – com regime de trabalho

bem definido, a formação das turmas de trabalho, que impunha um regime de trabalho coletivo e organizado pela ação de prepostos dos senhores escravistas, representados pela figura do feitor e do administrador que tinha entre outras as atribuições de medição de tempo de trabalho e controle de eficiência do trabalho – e as sofisticadas estratégias de controle e manutenção da escravaria, são algumas das marcas deste sistema<sup>46</sup>.

O final do século XVIII e o início do século XIX foi uma verdadeira “Era das Revoluções” que favoreceram a “Era do Capital”, para aproveitar as palavras do importante historiador Eric Hobsbawm. Essas mudanças levaram a crise e derrubada do Antigo Regime, que em certa medida se sustentava e era sustentado pelo escravismo colonial. Mas, diferente do que se poderia supor, este novo momento não marcou decisivamente a derrubada do escravismo como força motora da economia. Pelo contrário, segundo o historiador Dale Tomich os princípios liberais e a Revolução Industrial, se por um lado causaram a implosão de diversos sistemas escravistas, como na Jamaica, no Haiti e na Martinica, por exemplo, em outras regiões como em Cuba, nos EUA e no Brasil ocorreu o contrário, ou seja, a escravidão foi reforçada e ampliada. Nessas regiões a tecnologia e a expansão de mercado mundial deram novo fôlego à escravidão segundo novas justificativas e novas formas de dominação e reprodução do sistema. A este processo, o historiador chamou de Segunda Escravidão.<sup>47</sup>

A segunda escravidão favoreceu a recomposição do escravismo em novas áreas, o que permitiu a estes três países se tornarem especialistas em determinados produtos. Se o Escravismo Colonial durou três séculos, a Segunda Escravidão, durou menos de um. Porém sua intensidade foi maior. Esses três países juntos, só no século XIX tiveram mais que o

---

<sup>46</sup> MARQUESE, Rafael e SALLES, Ricardo. “A cartografia do poder senhorial. Cafeicultura, escravidão e formação do Estado nacional brasileiro. c.1820 – 1860.” Texto apresentado no seminário: O Vale do Paraíba e a Segunda Escravidão. Vassouras, 23 a 25 de novembro de 2012.

<sup>47</sup> MARQUESE, Rafael e SALLES, Ricardo. “A cartografia do poder senhorial. Cafeicultura, escravidão e formação do Estado nacional brasileiro. c.1820 – 1860.” Texto apresentado no seminário: O Vale do Paraíba e a Segunda Escravidão. Vassouras, 23 a 25 de novembro de 2012.

dobro da população escrava somada de todo o contingente de escravizados nos três séculos anteriores, em todo o continente americano e incluindo estes mesmos países.<sup>48</sup>

O Vale do Paraíba é a região de plantation voltada para o mercado externo. Local onde se é perceptível essas mudanças nas relações de produção do sistema escravista, e que levaram a criação desse conceito de Segunda Escravidão, para se diferenciar do que acontecia anteriormente. A cidade de Vassouras é representativa desta região, e este trabalho visa demonstrar isso, entendendo como a localidade sofre influências externas destas modificações, acrescido a isto, com as transformações internas, modificando totalmente os alicerces da escravidão no Império Brasileiro, e determinando as bases de como deve se dar o fim da escravidão.

## **2.1 O Surgimento da imprensa no Brasil.**

Apesar de já existir anteriormente em outros lugares, como no continente europeu, a imprensa tem seu “nascimento” no Brasil somente no século XIX, mais especificamente em 1808, com a vinda da Família Real para o Brasil e a criação da Imprensa Régia. Segundo Humberto Machado, a criação tardia da imprensa no Brasil tem origens na imposição da metrópole, sendo uma característica da colonização portuguesa estabelecer restrições as publicações, além, é claro, de uma população letrada extremamente diminuta, falta de incentivos a criação de tipografias e medo de excomunhões e Inquisição por parte de autoridades da Igreja.<sup>49</sup>

Antes da década de 1870 no Brasil, não se pode afirmar que a imprensa seja uma instituição forte e capaz de fomentar uma opinião pública, adquirindo, assim, poder de interferir nas decisões da sociedade do momento. Porém, o que se percebe, é que ela sofre alguns “surto” de crescimento, como no momento da independência do Brasil, com o

---

<sup>48</sup> O conceito de Segunda escravidão foi retirado do trabalho de Ricardo Salles. Keila Grinberg e Ricardo Salles (org.), *O Brasil Imperial*, v. 3, Rio de Janeiro, 2009.

<sup>49</sup> MACHADO, Humberto. “Imprensa abolicionista e censura no Império do Brasil”. In: *Pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

aumento significativo no número de periódicos a circularem no Brasil. Outro momento de crescimento e desenvolvimento da imprensa no Brasil foi à década de 1860, em que os jornais brasileiros, especialmente os da Corte, podiam exprimir-se livremente. Todavia, apesar da liberdade, muitos escolheram omitir os problemas sociais, baseando-se em calúnias compradas.<sup>50</sup>

No último quartel do século XIX, através das folhas da Corte, e mesmo anteriormente, o questionamento do sistema – significativamente expresso através da imprensa – acirrou-se centrado em três temas recorrentes: as crises entre a Igreja e o Estado (a chamada Questão Religiosa), a insatisfação dos militares para com o Império (a chamada Questão Militar), acirrada em 1886 com a discussão pela imprensa entre o coronel Cunha Matos e o Ministro da Guerra, e a Campanha da Abolição.

Com o início da década de 1870, a imprensa no Brasil alcança um desenvolvimento muito grande, que só tende a aumentar com o passar do tempo, sofrendo uma drástica mudança e passando a exercer uma função cada vez mais atuante e poderosa na sociedade brasileira.

Segundo Marialva Barbosa, diversos são os fatores que proporcionam essa nova fase da imprensa no Brasil, tendo como principal veículo os jornais, mas também proporcionando a produção de revistas, folhetins e outras publicações. A autora também afirma que essas transformações foram mais intensamente sentidas na cidade do Rio de Janeiro, capital do Império, devido a algumas especificidades desta cidade. Especificidades estas, tanto de caráter estrutural como, por exemplo, o desenvolvimento do sistema telegráfico, do desenvolvimento e melhoramento dos Correios, da expansão da malha ferroviária e dos já diversos jornais que circulavam pela cidade, quanto de caráter político e social, já que a cidade era o centro gravitacional da política Imperial, sendo palco de intensos debates

---

<sup>50</sup>MACHADO, Humberto. “Imprensa abolicionista e censura no Império do Brasil”. In: *Pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

políticos como, por exemplo, o debate abolicionista, além do real aumento e diversificação da população da cidade entre os anos de 1870 e 1890, aumentando o espaço de atuação desse órgão que possuía interesses diversos diretamente ligados a sua difusão cada vez maior na sociedade.<sup>51</sup>

Arelada a esse grande desenvolvimento sofrido pela imprensa - mais especificamente a imprensa jornalística - estão diversas inovações técnicas e editoriais, proporcionando uma nova forma de se fazer jornal, cujo enfoque central será a pretensa neutralidade da informação, deixando para segundo plano o aspecto nitidamente opinativo do texto, dominante até então. Essas mudanças foram basicamente a confecção de jornais mais baratos, com notícias informativas de última hora valorizando a ilustração, publicação de notícias internacionais, o desenvolvimento do sistema de vendas avulsas, transformação de jornais em empresas, introdução de textos literários e de novas máquinas nas tipografias, mais modernas e eficientes.<sup>52</sup>

Todas essas mudanças ocorridas neste final do século XIX têm por consequência, mudanças no significado e na importância do jornal para esta sociedade, tornando-o cada vez mais popular e acessível. Os periódicos foram se aproximando cada vez mais dos excluídos de informação, ampliando assim seu espaço de atuação e seu poder de influência para com a sociedade.

O jornal neste período era lido em voz alta nas rodas noturnas familiares e, pelo menos, quatro pessoas tomavam conhecimento do conteúdo de um único número, sendo o jornal possuidor de muito mais ouvintes que leitores. Suas diversas ilustrações possibilitavam um parcial entendimento da informação por parte de pessoas analfabetas; os textos literários, que cada vez mais tomavam espaço nos periódicos, também eram uma forma de

---

<sup>51</sup> BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público (os diários do Rio de Janeiro – 1880 - 1920)*. Tese de doutorado em história da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996.

<sup>52</sup> BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público (os diários do Rio de Janeiro – 1880 - 1920)*. Tese de doutorado em história da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996.

popularização destes jornais; histórias infantis e artigos sobre moda, atraíam cada vez mais o público jovem e as mulheres; e os espaços reservados as queixas do cidadão, que poderiam ser dirigidas tanto à instituições, como para outras pessoas, promoviam um campo extremamente vasto de leitores e ouvintes desses jornais, acrescentando-se dos já antigos leitores oriundos das elites e dos militares, somando-se agora os militares de baixa patente.<sup>53</sup>

Com essa amplificação do espaço de influência dos jornais, a leitura desses periódicos passa a se tornar cada vez mais um hábito para uma parte das pessoas, tornando-se muito frequente nos bondes, nas casas, nos trens, nas calçadas, compondo as horas livres do dia. Toda a vida intelectual passou a ser dominada pela grande imprensa que se constituía na principal instância de produção cultural. Cria-se uma verdadeira “opinião pública” urbana, que ansiava pela orientação dos homens de letras.<sup>54</sup>

Como forma de compreender a importância da opinião pública para as sociedades deste período e, assim enfatizando ainda mais as instituições e órgãos que influenciam na formação dessa opinião pública, Habermas afirma:

A esfera privada compreende a sociedade civil burguesa em sentido mais restrito, portanto o setor da troca de mercadorias e do trabalho social; a família, com sua esfera íntima, está aí inserida. A esfera pública política provem da literária; ela intermédia, através da opinião pública, o Estado e as necessidades da sociedade.<sup>55</sup>

Reconhecendo o papel cada vez mais importante da imprensa jornalística neste momento, torna-se indispensável saber também, quem por trás destes escritos detêm este “poder” de manipular e organizar a opinião pública. Os jornalistas eram, normalmente, estudantes ou jovens recém-saídos das escolas superiores, tendo, na maioria das vezes, cursado a faculdade de Direito, como também egressos da faculdade de Medicina, da Escola politécnica ou da Escola Militar. Esses jovens tendiam a ocupar cargos de prestígio dentro dos

---

<sup>53</sup>BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público (os diários do Rio de Janeiro – 1880 - 1920)*. Tese de doutorado em história da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996.

<sup>54</sup>BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público (os diários do Rio de Janeiro – 1880 - 1920)*. Tese de doutorado em história da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996.

<sup>55</sup>HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 46.

órgãos de imprensa, ou simplesmente ser redator ou repórter nos jornais diários, procurando fazer da sua profissão, na maioria das vezes, um trampolim para alcançar posições políticas ou situações de estabilidade financeira, almejando cargos da burocracia estatal.<sup>56</sup>

Também escreviam nestes periódicos diversos literatos, que agiam, na maioria das vezes, como colaboradores. Eles pretendiam aumentar o seu poder de ação social sobre as camadas urbanas, ou por outro lado, ao vender o produto de seu trabalho ao periódico, ganhavam notoriedade e participavam do jogo de manipulação e poder que esses jornais ofereciam. Sendo assim, acontecia uma relação de duplo interesse, pois enquanto um se popularizava - os periódicos, através dos textos literários, o outro divulgava o seu trabalho pelo meio de comunicação mais popular. Citamos aqui como exemplo Machado de Assis, Lima Barreto, Olavo Bilac, entre outros tantos.<sup>57</sup>

Com o aumento do público leitor e o surgimento dos primeiros jornais verdadeiramente populares, criam-se condições para a formação de uma boêmia dedicada às letras, uma vez que, pela via do jornalismo encontravam formas de garantir sua sobrevivência, sendo frequentadores das confeitarias e cafés da moda. Além destes, políticos importantes também utilizavam espaços nos periódicos, como forma de atingir seu eleitorado, não recebendo nada por essa tarefa, normalmente.<sup>58</sup>

Importante também é a tarefa de identificar os dirigentes e proprietários destes periódicos, sendo grande parte deles oriundos de famílias abastadas, ligadas aos grupos agrários dominantes no cenário do Império ou filhos de advogados, engenheiros e médicos,

---

<sup>56</sup>BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público (os diários do Rio de Janeiro – 1880 - 1920)*. Tese de doutorado em história da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996.

<sup>57</sup>BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público (os diários do Rio de Janeiro – 1880 - 1920)*. Tese de doutorado em história da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996.

<sup>58</sup>BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público (os diários do Rio de Janeiro – 1880 - 1920)*. Tese de doutorado em história da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996.

ocupando altos cargos na burocracia estatal. Esses dirigentes eram também, quase todos, advogados de formação. Compreendendo haver exceções.<sup>59</sup>

Os discursos veiculados por esses jornais eram dos mais variados, havendo de monarquistas a republicanos, abolicionistas a escravocratas, entre outras visões de mundo diferenciadas. Mas esses diversos periódicos também possuíam características em comum, apresentando a nação como moderna, industriosa, civilizada e científica, divulgando o ideário evolutivo-positivista de Darwin, Spencer e Comte, associando conceitos como ciência e modernidade.<sup>60</sup>

Os jornais deste período, cada vez mais, propõem um discurso provido de neutralidade, imparcialidade e universalidade, buscando para si um caráter de documento, um caráter de verdadeiro e irrevogável, a única memória coletiva válida. Propunham discursos que negavam a igualdade do homem em nome da natureza, que deveria ser descoberta pela ciência e traziam para si um papel de fiscalizador, de defensor dos fracos e oprimidos, intermediador do público e o poder.<sup>61</sup>

A partir de 1880 os diários do Rio de Janeiro se constituíram em verdadeiras “fábricas de notícias”, cuja principal função era, sem dúvida, formular e sedimentar ideologias. Seu discurso visava à legitimação do próprio poder público e da perpetuação das classes dominantes. Sempre destacando a importância do progresso, da civilização, da disciplinarização, visava informar, mas, sobretudo, orientar a opinião pública, sendo seu objetivo sempre atingir o leitor, angariando assim, cada vez mais poder.<sup>62</sup>

Com todo esse aparato, o sucesso desses periódicos foi algo visível nesta sociedade, buscando para si diversos títulos como protetor e fiscalizador. Valorizaram notícias de

---

<sup>59</sup>BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público (os diários do Rio de Janeiro – 1880 - 1920)*. Tese de doutorado em história da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996.

<sup>60</sup>BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público (os diários do Rio de Janeiro – 1880 - 1920)*. Tese de doutorado em história da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996.

<sup>61</sup>BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público (os diários do Rio de Janeiro – 1880 - 1920)*. Tese de doutorado em história da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996.

<sup>62</sup>BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público (os diários do Rio de Janeiro – 1880 - 1920)*. Tese de doutorado em história da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996.



violência e questões do cotidiano, exatamente por que agradava cada vez mais os leitores. Outro tema que foi amplamente discutido pelos jornais, principalmente na década de 1880 e que, nesse caso, promoveu benefícios para ambos, tornando-os cada vez mais populares, foi o discurso abolicionista.

A superação do atraso da escravidão significa evitar um rompimento traumático, exercendo-se um controle do processo de eliminação do escravismo e, conseqüentemente, dos principais interessados, ou seja, dos cativos. Por outro lado, buscava-se afastar das esferas de decisão os setores que rejeitavam quaisquer mudanças na sociedade, impedindo que o país trilhasse os caminhos do “progresso” e da “civilização”. A maior Revolução Social de nossa terra está sendo feita entre bençãos e flores. Nada mais extraordinário: bastaram o atrito da imprensa e o calor da palavra para limar os grilhões de três séculos de cativo. O que há de mais admirável na nova fase de nossa vida civilizada é a uniformidade de pensamento, desde o governo até o último liberto.<sup>63</sup>

O clímax das representações contra a escravidão certamente ocorre em 1888. Com uma defasagem temporal de dias ou semanas, os periódicos de todas as capitais publicam edições inteiramente dedicadas à Abolição e às festas que ocorrem em muitas cidades do país. Nessas edições, sínteses da visão que se tem do mundo dos escravos no final dos anos 1880, algumas ricamente ilustradas, há restos da forma como os cativos recebem a notícia, mas, sobretudo, do lugar onde os jornais os colocam. O jornalismo e os jornalistas constroem, a posteriori, a imagem de defensores destemidos da abolição. Mas as ilustrações e os textos dos periódicos, as cenas que compuseram no calor dos acontecimentos indicam a sua filiação ao mundo dos que têm voz e letra na sociedade.<sup>64</sup>

---

<sup>63</sup> MACHADO, Humberto Fernandes. “Imprensa e identidade do ex-escravo no contexto do pós-abolição.” In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; e FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (org.). **História e Imprensa: representações culturais e políticas no poder.** Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

<sup>64</sup> BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1800 – 1900.** Rio de Janeiro: Muad X, 2010.

Segundo Humberto Machado, o discurso abolicionista foi capaz de formar dois campos opostos na imprensa do Brasil. Enquanto uma parte queria romper o “dique da escravidão” de diferentes formas e por diferentes motivos, outros insistiam na sua preservação.<sup>65</sup> Já Marialva Barbosa afirma que, os temas abolicionistas e republicanos desenvolvidos nos periódicos surgidos no decorrer de 1870 a 1889, prepararam terreno para um novo jornalismo que seguirá os passos da polêmica até a primeira década do século XX, sendo a campanha em prol da abolição um movimento urbano popular, que atingiu vários segmentos da sociedade.<sup>66</sup>

## **2.2 A Campanha Abolicionista, momentos históricos que proporcionaram o seu desenvolvimento**

Conforme foi descrito anteriormente, o tema “abolicionismo” foi de extrema importância para o crescimento e popularização dos periódicos no Brasil. Mas a imprensa abolicionista da década de 1880, é apenas uma parte. Parte essa que tem grande importância de um movimento que, segundo Hebe Mattos, constituiu talvez a mais ampla e profunda transformação social nas Américas.<sup>67</sup> Esse movimento, é o movimento em prol da abolição do trabalho escravo, sendo de interesse deste pequeno texto os fatos ocorridos no Brasil, que assim como em toda a América e até mais do que a maioria destes países, sofreu uma transformação extremamente intensa, devido a determinadas características locais desta instituição.

Segundo Robert Conrad, desde a sua implantação, em meados do século XVI, a escravatura foi uma instituição extraordinariamente vital e profundamente enraizada na

---

<sup>65</sup> MACHADO, Humberto Fernandes. “Imprensa abolicionista e a censura no Império do Brasil”. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito (org.). *Entre a Monarquia e a República: imprensa, pensamento político e historiografia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

<sup>66</sup> BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público (os diários do Rio de Janeiro – 1880 - 1920)*. Tese de doutorado em história da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996. Deve-se compreender que esta evolução decorrida por meio da imprensa, ocorreu de forma variada em relação a cada local, sendo grande parte deste estudo focado na cidade do Rio de Janeiro, que foi um espelho para todo o desenrolar desta história em outros lugares.

<sup>67</sup> CASTRO, Hebe Mattos de. “Laços de família e direitos no final da escravidão”. In: Luiz Felipe Alencastro (org.). *História da vida privada no Brasil*, vol.2. São Paulo. Companhia das Letras, 1997, p. 338.

maioria das áreas colonizadas do Brasil. Ainda segundo este autor, o primeiro golpe sério contra a escravidão no Brasil, só ocorreu em 1851 e 1852, pela supressão do tráfico africano, quando, então, a sua fonte de abastecimento foi cortada.<sup>68</sup>

Apesar de ser um marco na história do fim da escravatura no Brasil, a lei Eusébio de Queirós (1850), que extingue de vez o tráfico transatlântico de escravos, não foi obra repentina ou uma suposta ação do movimento abolicionista brasileiro, mas, sim, ocorreu devido a pressões estrangeiras. Pressões essas promovidas, basicamente, pela coroa britânica. Foram, mais ou menos, quarenta anos de campanha contra o tráfico internacional de escravos no Brasil, sendo negociados diversos tratados com o governo do Brasil e de Portugal entre 1810 e 1826, tendo sido todos eles recebidos com grande relutância por parte dos governantes brasileiros.<sup>69</sup>

Em 1831, o governo Regencial decreta uma lei proibindo o tráfico negreiro para o Brasil, declarando livres os escravos que aqui chegassem e punindo severamente os importadores. Essa lei será muito importante posteriormente, quando a campanha abolicionista alavancar na década de 1880. No entanto, neste momento não tem impacto tão importante assim, sendo resultado de forte pressão britânica.

Apesar da ameaça de pesados castigos, tanto para importadores quanto para os compradores, o tráfico continuou entre 1831 a 1848. Sendo completamente humilhado pelas incursões britânicas nos portos do Império e a captura e destruição de diversos navios negreiros brasileiros, até mesmo em águas territoriais brasileiras, enfrentando ameaças à navegação legal do Império, com conflitos militares e mesmo um bloqueio de portos

---

<sup>68</sup>CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 – 1888*; Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

<sup>69</sup>CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 – 1888*; Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

brasileiros, o governo do Império foi obrigado, em julho de 1850, a ceder ante as exigências britânicas em troca da promessa de suspender os ataques navais.<sup>70</sup>

Com a extinção do tráfico transatlântico, a escravidão sofre algumas alterações, se comparada a sua condição anterior, quando era constantemente abastecida de mão-de-obra escrava africana. Nos anos que se seguiram a 1850, os lentos passos da evolução brasileira foram apressados um pouco, mas os estilos de vida foram alterados, principalmente, nas cidades e entre a elite, enquanto o brasileiro médio na terra e nas cidades isoladas no interior pouco testemunhava o que fosse novo.<sup>71</sup>

Os conflitos contínuos obrigaram o governo Imperial a estabelecer a Lei de Terras, em 1850, regularizando a situação fundiária. Ela decorreu das novas condições econômicas que estavam se estabelecendo no Brasil, especificamente na área cafeeira. A aquisição de terras, até então dependia de uma doação do monarca através da concessão de sesmarias. Com a posse pura e simples, tornou-se necessário estabelecer uma regulamentação. A terra não podia mais ser concebida como domínio da Coroa, mas sim de domínio público, ou seja, em virtude de sua valorização, deveria possuí-la quem tinha recursos para explorá-la e não aqueles que obtinham favores do governo<sup>72</sup>.

A Lei de Terras de 1850 e legislação subsequente, praticamente impediam a sua aquisição pelo homem livre e pobre, estrangeiro ou nacional. A lei proibia a aquisição de terras públicas por outro meio que não fosse a compra, pondo término às formas tradicionais de adquirí-las através da posse em doação da Coroa. O que fosse arrecadado na venda de

---

<sup>70</sup> CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 – 1888*; Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

<sup>71</sup> CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 – 1888*; Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

<sup>72</sup> MACHADO, Humberto Fernandes. *Escravos, Senhores e Café. A crise da cafeicultura escravista no Vale Paraíba Fluminense, 1860 – 1888*. Niterói. Clube de Literatura Cromos, 1993.

terras públicas ou nas taxas de registro de propriedades, segundo proposto inicialmente, deveria ser empregado na importação de imigrantes.<sup>73</sup>

A sua aprovação, após muitos anos de debate, simultaneamente ao fim do tráfico de escravos, pois a lei foi aprovada em 18 de setembro de 1850, quatorze dias após a aprovação da Lei Euzébio de Queiroz em 4 de setembro de 1850, revelava a intenção de criar condições para que o fazendeiro obtivesse trabalho livre para substituir os escravos. Alguns de seus objetivos vinculavam-se à: expulsão de um grande número de arrendatários existentes na periferia das grandes fazendas, tidos como ociosos e vadios, dos quais se diziam viverem às custas do fazendeiro; concentração da propriedade territorial resultante das vendas de terras públicas que tornava mais fácil a criação de um sistema de estradas e ferrovias, facilitando o acesso ao mercado.<sup>74</sup>

O latifúndio predominou no Vale Paraíba Fluminense. Todavia, existiram também pequenas propriedades. Elas coexistiam e usavam mão-de-obra escrava. Com a Lei os conflitos diminuíram, com relações pautadas na cordialidade e em laços de compadrio.

Como efeito quase que imediato da supressão do tráfico internacional de escravos para o Brasil, surge a migração forçada dos escravos brasileiros oriundos das regiões norte, oeste e extremo sul, rumo às plantações do sudeste, basicamente os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, para alimentar a expansão da lavoura do café. Tal fato ocorre, essencialmente, pela maior capacidade financeira dos plantadores de café, em concorrência com outros brasileiros, por uma mercadoria que se tornou escassa.<sup>75</sup>

Algumas propostas para solucionar essa escassez de mão-de-obra ou, pelo menos, tentar manter plantéis com número razoável de escravos foram levantadas, como a tentativa

---

<sup>73</sup> ALMEIDA, Gelson Rozentino de. “Hoje é dia de branco” O trabalho livre na Província Fluminense: Valença e Cantagalo. 1870 – 1888. Dissertação de mestrado apresentada a UFF. Niterói, 1994.

<sup>74</sup> ALMEIDA, Gelson Rozentino de. “Hoje é dia de branco” O trabalho livre na Província Fluminense: Valença e Cantagalo. 1870 – 1888. Dissertação de mestrado apresentada a UFF. Niterói, 1994.

<sup>75</sup> CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 – 1888; Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

de promover a reprodução natural, tendo como o exemplo os E.U.A. Tal solução fracassou em quase todos os lugares, sendo Vassouras, como foi exposto anteriormente neste trabalho, segundo Ricardo Salles, uma das exceções a conseguir êxito nesta empreitada. Outras soluções também foram propostas como, a promoção da imigração chinesa, europeia e africana, sendo a imigração, até pouco tempo antes da abolição, uma alternativa que nunca conseguiu se desenvolver suficientemente no que se refere a satisfazer as necessidades de mão-de-obra das plantações. Houve outras medidas propostas ocasionalmente, como melhoria nas difíceis condições de vida dos escravos, ou a transferência de cativos de áreas urbanas, para áreas rurais. Porém, os legisladores e a nação ainda não estavam dispostos a alterar o status quo, além da classe dos fazendeiros receberem ajuda direta das autoridades.<sup>76</sup>

Para superar as dificuldades na obtenção da força de trabalho, após a paralisação do tráfico africano, houve uma melhoria nas técnicas do beneficiamento visando transferir os escravos para o eito. O uso de novas invenções dependia, basicamente, de recursos financeiros dos fazendeiros. Delden Laerne constatou que eles “gastavam verdadeiras fortunas nas novas máquinas”, considerando que “sob o ponto de vista do beneficiamento os brasileiros estavam muito mais adiantados do que os holandeses”, destacando que “geralmente se mostrava mais cuidado no beneficiamento na zona do Rio de Janeiro do que nas demais”. O governo concedia privilégios para os inventores de aparelhos que minorassem os problemas da lavoura cafeeira.<sup>77</sup>

Além dos danos causados por acidentes constantes, os cafeicultores, tinham gastos com a conservação das estradas, consertos de pontes, retirada das árvores e utilização de seus escravos, em virtude da omissão das autoridades municipais ou estaduais. A redução das despesas, com a manutenção das tropas, vinculava-se à eliminação deste tipo de transporte

---

<sup>76</sup> CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 – 1888*; Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

<sup>77</sup> MACHADO, Humberto Fernandes. *Escravos, Senhores e Café. A crise da cafeicultura escravista no Vale Paraíba Fluminense, 1860 – 1888*.

arcaico e ultrapassado. Minimizando-se os custos com o escoamento da produção, preservava-se a taxa de lucro da lavoura cafeeira. Assim podemos avaliar a importância da construção das ferrovias, pois, além de proporcionar um maior contato com as inovações técnicas, acarretou, por outro lado, a redução do preço do frete, o aumento das comunicações e a liberação de recursos e mão-de-obra.<sup>78</sup>

Estrada de Ferro D. Pedro II (EFDPII) representou um dos maiores desafios tecnológicos e científicos de sua época. Para ultrapassar a Serra do Mar a solução técnica escolhida foi a construção de um túnel nas imediações de Rodeio. O túnel de número 12, também chamado de Túnel Grande foi à maior obra de engenharia de toda a América Latina. Portanto, a EFDPII, representava a expansão para dentro do Império Brasileiro. Estrada de Ferro D. Pedro II, “uma empresa capitalista subordinada aos interesses escravistas fluminenses”. O Estado, objetivando aumentar a arrecadação, exaltava o uso do novo meio de transporte.

A década de 1860 é permeada de diversos acontecimentos que vão influir diretamente na escravatura brasileira. Externamente, a libertação dos escravos nos Impérios português, francês e dinamarquês; a libertação dos servos russos em 1861 e a Guerra Civil nos Estados Unidos (1861-1865). Em 1865, apenas a Espanha, com suas colônias de Cuba e Porto Rico, acompanhava o Brasil como uma importante nação escravocrata. Internamente, o desenvolvimento de um movimento emancipacionista significativo; o evento que ficou conhecido como o “caso Christie”, rompimento diplomático com a Inglaterra, que resultou numa represália britânica a navegação brasileira e um bloqueio naval de seis dias na cidade do Rio de Janeiro, devido à omissão das autoridades brasileiras na libertação dos escravos trazidos ilegalmente da África pós-lei 1831; e talvez o grande acontecimento desta década que

---

<sup>78</sup> MACHADO, Humberto Fernandes. *Escravos, Senhores e Café. A crise da cafeicultura escravista no Vale Paraíba Fluminense, 1860 – 1888.*

é a Guerra do Paraguai (1864 – 1870), que retarda o debate sobre as leis emancipacionistas na década de 1860, mas promove mudanças drásticas na sociedade brasileira.<sup>79</sup>

A crise de 1868 ia além dos marcos políticos. Duas questões e, principalmente, as conexões entre elas ocupavam cada vez mais a agenda política: a guerra e a escravidão. A guerra só agravou e tornou manifesta a fragilidade social do Estado Imperial, fundado numa ordem escravista. Se, antes de 1850, a oferta atlântica praticamente ilimitada de cativos permitia a ascensão dos setores livres da população, inclusive o ingresso de escravos, via a instituição das alforrias, no mundo da liberdade e até da propriedade escravista, a partir de meados da década de 1860, a situação começou a mudar. A escassez de mão-de-obra cativa reduziu as margens de solidariedade escravista, enrijeceu as divisões sociais, pressionou pela redução nas alforrias. Ao mesmo tempo que isso ocorria, o Estado Imperial, em um quadro internacional crescentemente desfavorável à escravidão, via-se obrigado a recorrer à libertação de cativos para preencher fileiras do exército no Paraguai. Nas zonas rurais do Sudeste, os escravos, por sua vez fortalecidos em comunidades de senzala mais estáveis e estruturadas, aumentavam sua pressão por espaços de liberdade em um mundo em que senhores tornavam-se mais avaros em concedê-la.<sup>80</sup>

Mas apesar de todo esse momento importante, que é a década de 1860, recheada de ações de todos os tipos, a verdade é que ainda não havia um forte sentimento emancipacionista entre a elite agrícola em qualquer parte do Brasil, ou mesmo entre a população em geral. Mas esse quadro começará a sofrer modificações com o fim da Guerra do Paraguai e a chegada da década de 1870.

---

<sup>79</sup> CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 – 1888*; Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. Para entender melhor as mudanças ocorridas na Guerra do Paraguai ler: SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai. Escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

<sup>80</sup> GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.), *O Brasil Imperial*, v. 3, Rio de Janeiro, 2009.



### 2.3. A Lei do “Ventre Livre” (1871), um caminho sem volta

Já a partir da década de 1870, surgem debates sobre a legitimidade da escravidão e o direito a indenização da propriedade escrava. Nesse momento, em alguns lugares, passa-se a perceber a escravidão como uma empresa de risco. Áreas cafeeiras do oeste paulista surgem no cenário nacional como violentas, acreditando-se que o motivo para este fato seja a região receber massas de escravos desenraizados, provenientes do tráfico interprovincial. Mas deve-se compreender esta explicação como não sendo a única, pois a maior parte dos crimes executados por escravos são cometidos pelos considerados estáveis, sendo a criminalidade maior, resultado mais da quantidade de escravos que cada região concentra, do que a origem deste.<sup>81</sup>

A década de 1870 também é responsável por um maior questionamento quanto ao sistema disciplinar de trabalho nas fazendas, que devido à maior exploração do trabalho, engoliu autonomia conquistada. Tais questionamentos surgem a partir da década de 1850, quando alguns “privilégios” concedidos pelos senhores a uma parte dos escravos composta, basicamente, pelos escravos nascidos no Brasil, que possuíam o aprendizado de uma política de negociações desenvolvida no campo dos costumes e do poder dos senhores, são suprimidos. Descontentes com estas perdas que tinham sido conquistadas anteriormente, os escravos passam a exigir não mais privilégios, mas, sim, direitos, que são contrários ao código paternalista do poder senhorial, que era o de transformar em concessão qualquer ampliação do espaço de autonomia.<sup>82</sup>

Segundo Evaristo de Moraes, a lei de 28 de setembro (lei do Ventre Livre), fora posta em execução em meio a tremendas apreensões dos que lhe tinham combatido o projeto e das exageradas esperanças dos que a haviam preparado e defendido perante o corpo legislativo e a

---

<sup>81</sup>MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: Os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/EDUSP, 1994, p. 24 e 25.

<sup>82</sup>CASTRO, Hebe Mattos de. “Laços de família e direitos no final da escravidão”. In: Luiz Felipe Alencastro (org.). *História da vida privada no Brasil*, vol.2. São Paulo. Companhia das Letras, 1997, p. 338.

opinião pública. O perigo com a insurreição geral de escravos, desordem e anarquia social não aconteceu. Por outro lado, a marcha da libertação gradual que a lei confiara ao fundo de emancipação e a generosidade dos particulares se revelava lenta e ineficaz.<sup>83</sup>

A intenção da lei Rio Branco (lei do Ventre Livre), era estabelecer um estágio de evolução para um sistema de trabalho livre, sem causar grande mudança imediata na agricultura ou nos interesses econômicos. Fora planejada para re-estabilizar a vida econômica e social do país; para corrigir os estragos que a disputa sobre a escravatura infligiria na agricultura; para restaurar a confiança dos plantadores e para revitalizar o crédito agrícola.<sup>84</sup>

Os efeitos imediatos da lei Rio Branco não promoveram qualquer mudança imediata na vida da maioria dos escravos, nem mesmo as crianças, cuja liberdade fora garantida, podiam obter qualquer benefício prático de seu status até alcançarem sua maioridade legal, sendo essa uma das grandes críticas feitas à lei. A questão da educação não foi debatida e a lei foi marcada por fraudes, lentidão e pouco interesse pelo seu cumprimento total, em todas as regiões do Império.<sup>85</sup>

A lei de 28 de setembro de 1871, decretava à liberdade do ventre da mulher escrava, previa ainda que a criança liberta permaneceria em poder e sob a autoridade dos senhores até a idade de 8 anos completos, quando então se poderia optar por entrega-la aos cuidados do Estado, mediante indenização em títulos no valor de 600\$000, ou utilizar-se de seus serviços até 21 anos.

Para os setores proprietários escravistas da Bacia do Paraíba, que perdiam sua posição econômica, a Lei do Ventre Livre não trouxe a crise econômica e, ao menos em um primeiro momento, os temidos levantes escravos. O andar da aplicação da lei na década de 1870, com o

---

<sup>83</sup>MORAES, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista (1879-1888)*. Brasília, 2ª edição. Editora Universidade de Brasília, 1986.

<sup>84</sup>CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 – 1888*; Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

<sup>85</sup>CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 – 1888*; Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

número insignificante das alforrias promovidas pelo Fundo de Emancipação, e a opção da maioria esmagadora dos fazendeiros em permanecer com os ingênuos sob sua tutela até a idade de 21 anos, deu um horizonte de sobrevivência ao cativo que adia seu fim gradual até pelo menos a primeira década do século XX. O que era mais do que qualquer “escravocrata da gema” poderia esperar.<sup>86</sup>

Segundo Evaristo de Moraes, a explicação dos desfalecimentos no cumprimento da lei do Ventre Livre foi: o descanso dos “vencedores” de 1871, que confiaram na virtude da lei emancipadora; a reação dos vencidos tendo pouco interesse em cumprir a lei; antagonismos partidários, liberais não querendo cumprir lei de conservadores; e falta de verdadeira opinião pública favorável à causa dos escravos.<sup>87</sup>

Sendo assim, os efeitos do registro geral de 1872 e o fundo emancipacionista, além da condição agora do ingênuo, novo termo criado pela lei Rio Branco para classificar os nascidos após a promulgação da lei, ficam comprometidos, sendo muitos cativos libertos de forma gratuita ou condicional e até pela morte, do que pelos efeitos da lei Rio Branco.

#### **2.4 Rumo à vitória, Campanha Abolicionista e imprensa, cumplicidade no fim da escravidão.**

Segundo Joaquim Nabuco, a terceira fase do movimento de libertação escrava - a qual ele classifica como o verdadeiro abolicionismo e que incide no combate direto ao direito de posse, contra a legalidade e legitimidade da escravidão, quando realmente se busca dar liberdade a esses escravizados - inicia-se em 5 de março de 1879, no seu viés parlamentar, que precedeu a popular.<sup>88</sup> A verdade é que na década de 1880, o movimento em prol do fim da escravatura no Brasil toma contornos irreversíveis, que culminaram com o fim da escravidão no Brasil.

---

<sup>86</sup> GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.), *O Brasil Imperial*, v. 3, Rio de Janeiro, 2009.

<sup>87</sup> MORAES, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista (1879-1888)*. Brasília, 2ª edição. Editora Universidade de Brasília, 1986.

<sup>88</sup> MORAES, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista (1879-1888)*. Brasília, 2ª edição. Editora Universidade de Brasília, 1986.

Já descontentes com as consequências causadas pelo tráfico interprovincial e a lei Rio Branco, que causaram escassez de mão-de-obra, além de fazer cair o preço dos escravos e torná-los uma mercadoria não lucrativa, alguns fazendeiros do norte do Brasil começaram a se colocar opostos a escravatura, sugerindo reformas que pudessem atrair a população ociosa. A seca, particularmente séria no Ceará, causara um aumento incisivo no fluxo de escravos fora da província, sendo tais fatores catalisadores do rápido emancipacionismo da província cearense, tendo como principais atores, os jangadeiros de Fortaleza, que se recusaram a transportar os escravos, mas também houve forte apoio popular. Além do Ceará, destacam-se como províncias que desenvolveram rápido movimento abolicionista, o Amazonas e o Rio Grande do Sul.<sup>89</sup>

O movimento ocorrido no Ceará foi de extrema importância para o movimento abolicionista, tendo influenciado diretamente em diversos fatores que levaram a vitória do movimento. Outra forma altamente eficiente de combate a escravatura no Brasil, foi a fuga escrava e a formação de quilombos como locais de resistência à escravidão. O movimento abolicionista, a partir da década de 1880, interfere diretamente nesta prática de resistência escrava, auxiliando-os nesta importante empreitada.

Segundo Eduardo Silva, no final da crise da escravidão surge um novo tipo de Quilombo, que ele classifica como Quilombo abolicionista. Sendo o quilombo uma forma de resistência existente desde os primórdios da escravidão no Brasil, o Quilombo abolicionista traz de diferente a liderança de pessoas ligadas ao movimento abolicionista. Lideranças essas, que são bem conhecidas e articuladas politicamente, além de proteção da comunidade local próxima. Tais quilombos tornam-se mais articulados com a sociedade a sua volta, não sendo necessário agora estar isolado.<sup>90</sup>

---

<sup>89</sup> CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 – 1888*; Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

<sup>90</sup>SILVA, Eduardo. *As Camélias do Leblon e a abolição da escravatura*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

Como exemplos destes “novos quilombos”, temos o do Jabaquara, a maior colônia de fugitivos nestes novos moldes, situado em Santos e liderado por Quintino Lacerda e o do Leblon, organizado pelo português José Seixas de Magalhães, homem de ideias avançadas, dedicado ao comércio de malas e objetos de viagem. Ainda segundo Eduardo Silva, quilombos isolados, mesmo em momento anterior aos quilombos abolicionistas, foram raros.<sup>91</sup>

Em São Paulo, importante província da região Centro-Sul do Império, região essa que formou a maior resistência ao movimento abolicionista durante quase toda a década de 1880, também sente a força desse movimento neste período. Segundo Maria Helena Machado, o movimento abolicionista em São Paulo teve a sua origem mais marcante no legalismo de advogados abolicionistas, que utilizavam brechas da lei de 1831, já citada anteriormente e que em um dos seus artigos, declarava ser todo o africano trazido de forma ilegalmente para o Brasil, após a decretação da lei livre, sendo os responsáveis punidos severamente; além de brechas também na lei de 1871, em que muitos proprietários na tentativa de burlá-la, não colocavam a filiação dos seus escravos, com o objetivo de alterar a data de nascimento, sendo que abolicionistas aproveitavam a fraude para provar que se não existe registro de mãe escrava, não há provas de sua condição escrava. Como nomes exponenciais dessa primeira fase, temos Luiz Gama e Xavier da Silveira.<sup>92</sup>

Com a morte de Luiz Gama em 1882, tem-se o início de uma nova fase do movimento abolicionista, tendo como pessoa mais evidente Antonio Bento. Surgem agora os Caifazes, grupo tido como radical até mesmo para o movimento abolicionista. Eram homens de ação: entravam nas senzalas e incitavam escravos a se rebelarem. Suas atividades estavam

---

<sup>91</sup>SILVA, Eduardo. *As Camélias do Leblon e a abolição da escravatura*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

<sup>92</sup>MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: Os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/EDUSP, 1994, p. 24 e 25.

centralizadas na Confraria de Nossa Senhora dos Remédios e já em 1883, percebe-se a participação deste grupo.<sup>93</sup>

A década de 1880, na verdade, é marcada por uma cada vez maior adesão ao movimento em prol da abolição e também de uma reação cada vez mais violenta e opressora dos ainda remanescentes proprietários escravocratas, que tinham a intenção de proteger os interesses da grande lavoura, principalmente, a do café, da qual eles julgavam ser totalmente depende da mão-de-obra escrava africana.

Conforme descrito acima, apesar da importância da região Centro-Sul para a resistência ao movimento, fica cada vez mais difícil controlar esta situação. Em 1883, surge a Confederação Abolicionista, criada na redação da Gazeta da Tarde, no município da Corte, com o objetivo de unir os já diversos movimentos abolicionistas espalhados pelo Império. Em agosto de 1883, o Manifesto da Confederação abolicionista, escrito por André Rebouças e José do Patrocínio, foi lido perante quase duas mil pessoas no teatro D. Pedro II do Rio de Janeiro.<sup>94</sup>

As reuniões abolicionistas organizadas no Rio eram encontros alegres e exuberantes, sendo que, com a aproximação cada vez maior do fim da escravidão, tais reuniões e eventos foram se tornando cada vez mais populares e movimentados. As atividades abolicionistas não se limitaram somente ao Rio de Janeiro e São Paulo, se espalhando, muitas vezes, de forma espontânea pelas diversas regiões do Império. Entre os políticos do Império, também é perceptível um aumento, cada vez mais consistente, de membros abolicionistas, que iam se aliando aos também abolicionistas de último momento, aqueles que iam se “filiando” a causa

---

<sup>93</sup>BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público (os diários do Rio de Janeiro – 1880 - 1920)*. Tese de doutorado em história da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996.

<sup>94</sup>CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 – 1888*; Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

da emancipação, não por ideais, mas, sim, por perceber o cada vez maior aproximar do fim da escravatura.<sup>95</sup>

A partir de 1884, o abolicionismo da capital do Império tomou pela primeira vez o caráter de movimento de massas. Também na mesma data, a província do Ceará praticamente aboliu a escravidão. Cidadãos das classes média e superior, mostram-se particularmente ativos no movimento, bem como o vasto setor imigrante, composto por alemães e italianos, manifestando-se opostos a escravatura. Províncias do norte, além de Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul, têm o espocar de grupos ligados ao interesse de acabar com a escravidão do Império. Cidades com grande concentração de escravos e propriedades voltadas para o mercado externo sofrem cada vez mais com os ataques dos grupos abolicionistas e com a rebeldia cada vez maior dos escravos.<sup>96</sup>

Joaquim Nabuco, em 1884, ao considerar ilegal a escravidão, defende a aprovação de uma lei agrária que permita o retorno ao Estado de áreas não cultivadas, “que estabeleça a pequena propriedade, e que vos abra um futuro a vós e a vossos filhos, pela posse e pelo cultivo da terra”. De acordo com os abolicionistas, a propriedade tinha, além de direitos, deveres, e as “reformas sociais deveriam prevalecer sobre as políticas”. Ele enfatiza que a emancipação tinha que ocorrer paralelamente à “democratização do solo”: “Uma é o complemento da outra. Acabar com a escravidão não basta; é preciso destruir a obra da escravidão” (quarta conferência no Teatro Santa Isabel, 30 de novembro de 1884 – Nabuco, 1949 a, p. 337 - 338)<sup>97</sup>.

Todo este movimento tem por consequência, provocar a ira e a insatisfação dos proprietários de terras e escravos, que buscam proteger seus bens e direitos, imprimindo forte

---

<sup>95</sup>CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 – 1888*; Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

<sup>96</sup>CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 – 1888*; Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

<sup>97</sup>MACHADO, Humberto Fernandes. “Imprensa e identidade do ex-escravo no contexto do pós-abolição.” In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; e FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (org.). *História e Imprensa: representações culturais e políticas no poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

e violenta repressão. A criação do Centro de Lavoura e Comercio foi uma demonstração de oposição ao crescimento do movimento em prol da abolição, sendo clara a resposta de que a reação pró-escravatura não ia ficar somente nas declarações de políticos.<sup>98</sup>

Essas associações agrícolas que foram criadas, principalmente, as da região Centro-Sul, funcionavam como poderosos grupos de pressão, dirigindo suas petições às autoridades públicas contra o movimento abolicionista, defendendo agora a Lei Rio Branco, antes motivo de suas insatisfações, e agora vista como a única solução para a questão da escravatura. São criadas, principalmente, na província do Rio de Janeiro, forças policiais especiais para ajudar lavradores que tinham a sua segurança ameaçada. Sendo tais forças, fonte de coerção e violência desses grupos pró-escravatura.<sup>99</sup>

Devido a esta forte pressão em torno do tema da emancipação da escravatura, em 1884, tem-se início o Ministério Dantas, cujo objetivo principal era dar uma solução ao problema da escravidão no Brasil. A escravidão nesse momento já era rejeitada por boa parte da opinião pública, sendo defendida ativamente apenas por uma pequena parte da população, que era ,basicamente, os proprietários ligados a lavoura do café. O Projeto do ministério Dantas, não foi recebido com muito entusiasmo pelos que eram verdadeiramente comprometidos com a causa abolicionista, sendo também alvo de duras críticas dos escravocratas.<sup>100</sup>

O Projeto Dantas tinha como medidas para resolver o problema da escravatura a libertação dos escravos acima de sessenta anos, com a obrigação por parte dos senhores de sustentar esses libertos em troca de alguns serviços gratuitos; acabar com o tráfico interprovincial; introduzir novo registro nacional, libertando os escravos que não fossem

---

<sup>98</sup>CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 – 1888; Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.*

<sup>99</sup>CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 – 1888; Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.*

<sup>100</sup>CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 – 1888; Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.*



registrados; estabelecer valores máximos para a tabela do fundo de emancipação; promover deslocamento de mão-de-obra escrava das cidades para a zona rural, através do aumento de impostos; aumentar a atuação do fundo de emancipação; promover a obrigação dos emancipados de ficarem determinado tempo na região em que viviam, para evitar a fuga de mão-de-obra; e promover incentivos para que emancipados e ingênuos, se tornassem donos da terra em que trabalhavam.<sup>101</sup>

Devido à forte oposição, cai o Ministério Dantas e surge o Ministério Saraiva, que promove uma revisão radical do Projeto Dantas, sendo recebido assim, com grande entusiasmo por parte dos escravocratas. O gabinete Saraiva também sucumbe devido à forte pressão, agora por parte dos abolicionistas, surgindo então o ministério do Barão de Cotegipe, político conservador que promulgou lei dos Sexagenários (1885), favorável aos interesses escravocratas, em sua maior parte. Sendo classificada como uma lei complexa e retrógrada pelos abolicionistas, ela, inicialmente, cumpre com seu objetivo, que é o de frear o ímpeto do movimento de libertação.<sup>102</sup>

Como objeto mais questionado por parte dos abolicionistas, destaca-se a questão de ser considerado crime o asilo a escravos fugitivos. Já por parte de escravocratas, advertiam sobre as consequências de se libertar “uma grande massa de população semi-barbara”, sendo tais libertos propícios a se entregarem ao vício e ao crime. A Lei dos Sexagenários foi marcada também por fraudes e ineficiência, sendo repudiada pelos que eram comprometidos com a causa da abolição e suscitando agora, intervenções diretas e radicais para implementação das transformações sociais almejadas.<sup>103</sup>

---

<sup>101</sup>CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 – 1888; Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

<sup>102</sup>CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 – 1888; Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

<sup>103</sup>CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 – 1888; Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

Mas apesar de relativo sucesso, no que se refere a frear o movimento abolicionista, este sucesso torna-se passageiro e muito curto. O movimento em prol da abolição da escravidão agora tem um apoio muito importante por parte do Imperador e da Família Real, sendo promovidas campanhas em Petrópolis e nos demais lugares por onde D. Pedro II passasse, sendo comum a prática de se distribuir cartas de alforrias. Todavia, apesar do apoio do Imperador, o sucesso mais significativo do “renascimento” do movimento abolicionista foi a revogação da pena de açoites. Em outubro, é promulgada lei que aboliu a prática de castigos corporais por parte dos senhores à seus escravos.

Robert Conrad escreve que:

Pouco depois da promulgação da lei que proibia o açoite de escravos, o conflito nacional tornou-se, de fato, radical e a própria escravatura começou desmoronando. Incitados por abolicionistas, os cativos começaram subitamente abandonando as fazendas em grandes números. Unidades policiais, acusadas de agirem como mercenários pagos, foram enviadas para recapturá-los e, no processo, entraram em direto e violento conflito com os fugitivos e seus protetores. Um governo desesperado voltou-se para os meios inconstitucionais para refrear o movimento de liberdade e agitou-se num ninho de maribondos de irados cidadãos. Igualmente exasperados, os fazendeiros recorreram à violência e ao terror, enquanto outros começaram libertando seus escravos para poderem salvar suas safras, suas fortunas e sua sociedade.<sup>104</sup>

O início de 1887, segundo Maria Helena Machado, marca a derrocada da escravidão enquanto instituição e regime de trabalho. Os escravos não mais estavam dispostos a se submeterem a tratamentos que lembrassem a escravidão, sendo este período marcado por forte violência e repressão. Este momento também é o de maior exposição dos abolicionistas, principalmente, devido à conjuntura mais favorável.<sup>105</sup>

Abolicionistas, além de incitar fugas, passam a escoltar os fugitivos até um lugar de refúgio, sendo, principalmente, a cidade de Santos, com seu imenso quilombo do Jabaquara, o principal refúgio. Não esquecendo a Corte, com seus diversos quilombos; a província do

---

<sup>104</sup>CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 – 1888; Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.**

<sup>105</sup>MACHADO, Maria Helena. **O plano e o pânico: Os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/EDUSP, 1994.**

Ceará; além de outras cidades que possuíam organizações abolicionistas, que neste momento, já eram bem numerosas.<sup>106</sup>

Os jornais e políticos do período, atribuíram a fuga em massa aos esforços dos abolicionistas. No entanto, mesmo sem esse encorajamento, os escravos teriam abandonado as fazendas em vastos números, depois dos castigos corporais terem sido banidos no final de 1886, já que a tradição de fuga estava bem estabelecida e o principal obstáculo à fuga fora eliminado.<sup>107</sup>

Em 1886 e 1887, o conflito entre abolicionistas e escravistas assume, em Campos, região pertencente a bacia do Paraíba, descrita anteriormente, um caráter particularmente violento: inflama-se a linguagem, multiplicam-se os atentados, renovam-se as acusações de parte a parte. Tal situação é, ainda agravada pela atuação dos negros, cuja rebeldia se intensifica até atingir seu ponto crítico, com a queima sucessiva dos canaviais e as fugas em massa. O ano de 1887 vai marcar, em Campos, o período mais violento da Campanha Abolicionista, não só pela multiplicação de conflitos, mas também pela intensificação da rebeldia negra, que, manifestando-se efetivamente como um movimento articulado, espalhava-se pelo município, aterrorizando os fazendeiros<sup>108</sup>.

O movimento de fugas e abandono do leito de trabalho por parte dos escravos, provocou mudanças significativas no quadro político, econômico e social do Império, em meados de 1887. Uma das modificações mais expressivas foi a rápida transformação da província de São Paulo, que como citado anteriormente, era um dos berços da resistência à abolição, em emancipacionista, incluindo aí seus fazendeiros e políticos, todos dispostos a conceder a liberdade aos seus escravos.

---

<sup>106</sup> CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 – 1888*; Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

<sup>107</sup> CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 – 1888*; Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

<sup>108</sup> LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro. Achiamé, 1981.

Inicialmente concedendo liberdades condicionais, sendo os escravos contrários e mantendo fugas em busca de sua liberdade imediata. Posteriormente, as tão sonhadas liberdades imediatas e sem concessões foram cedidas, sendo principal objetivo desses fazendeiros a manutenção dos libertos nas fazendas, evitando a desordem pública. Desesperados por trabalhadores, alguns fazendeiros estavam até dispostos a negociar com Antonio Bento “para o emprego de fugitivos a um preço justo.”<sup>109</sup>

O emancipacionismo dos fazendeiros de São Paulo, não deve ser entendido como um ato de generosidade, mas, sim, uma tentativa de defender interesses econômicos ameaçados; um esforço bem sucedido para apanhar as migalhas de um sistema em desintegração. A fuga dos escravos, mais do que a chegada dos italianos, convenceu, finalmente, os senhores de São Paulo de que o momento de libertação chegara. Sua inserção às fileiras do movimento abolicionista foi tardia, mas significou a rápida conversão das outras províncias.<sup>110</sup>

Os únicos defensores importantes da escravatura em 1888 eram o ministério Cotegipe e os fazendeiros da província do Rio de Janeiro. Esta resistência da província do Rio se deu pelo fato dos escravos nessa região ainda serem numerosos e, também, porque os fazendeiros tinham empobrecidos. O valor nominal de escravos excedia o valor das terras e, assim, a abolição ameaçava os fazendeiros, particularmente os do Vale do Paraíba, da ruína financeira.<sup>111</sup>

Após conflito com marinheiros, o ministério Cotegipe cai e a Princesa regente D. Isabel escolhe João Alfredo Correia de Oliveira para presidir novo ministério. Neste momento, o grande debate não era mais acabar a escravatura ou mantê-la, mas, sim, como acabar com ela, se haveria indenização para os senhores ou não. Um projeto preparado por

---

<sup>109</sup>CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 – 1888*; Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

<sup>110</sup>ALMEIDA, Gelson Rozentino de. “Hoje é dia de branco” *O trabalho livre na Província Fluminense: Valença e Cantagalo. 1870 – 1888*. Dissertação de mestrado apresentada a UFF. Niterói, 1994.

<sup>111</sup>CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 – 1888*; Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

Antônio Prado, fazendeiro paulista que até pouco tempo era escravocrata, propunha libertação de todos os escravos, mas com condições, sendo estas: a indenização para os ex-proprietários, mais três meses de trabalho para a colheita e a obrigação dos libertos de permanecer mais seis anos nos municípios onde tinham se emancipado. Refletindo, indubitavelmente, estas considerações, a Princesa Isabel na sua Fala do Trono de 3 de maio, apelou para a eliminação da escravatura das leis da nação, mas também recomendou melhorias na legislação para a repressão da vagabundagem através do trabalho compulsório.<sup>112</sup>

A oposição, da maioria liberal, em apoiar projetos de liberdade condicionais, faz com que João Alfredo opte pela liberdade incondicional, já que a pressão era grande e não havia espaço para outro projeto rejeitado. A lei fora aprovada pelo fato de a escravatura ter se desmoronado. No auge de quase uma década de agitação, milhares de escravos haviam tomado sua própria liberdade e tinham sido autorizados a fazê-lo, por uma sociedade que já não acreditava mais, sinceramente, na necessidade da escravatura.<sup>113</sup>

[A lei de 13 de maio] limitou-se a reconhecer e confirmar um fato preexistente, evitando com esse reconhecimento as maiores perturbações e desordem, se não terríveis calamidades. A emancipação estava feita no dia em que os ex-escravos recusaram marchar para o eito e começaram o êxodo das fazendas. A lei confirmou-a, deu-lhe sanção dos poderes públicos, mas sem a lei não deixaria de ser um fato que se impunha contra todas as resistências”, ponderava o *Jornal do Commercio* em outubro de 1888.<sup>114</sup>

Para Nabuco, o movimento representa uma “concepção nova em nossa história política”, não se contentando em ser o “advogado ex-offício da porção de raça negra ainda escravizada” e procurando apenas promover e conseguir – no mais breve prazo possível – o

---

<sup>112</sup>CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 – 1888*; Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

<sup>113</sup>CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 – 1888*; Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

<sup>114</sup>CASTRO, Hebe Mattos de. “Laços de família e direitos no final da escravidão”. In: Luiz Felipe Alencastro (org.). *História da vida privada no Brasil*, vol.2. São Paulo. Companhia das Letras, 1997

resgate dos escravos e dos ingênuos. Seria essa somente uma “tarefa imediata”, além da qual, existiria outra maior: “a de apagar todos os efeitos de um regime que, há três séculos, é uma escola de desmoralização e inércia, de servilismo e irresponsabilidade para a casta dos senhores...”

E acrescenta:

Depois que os últimos escravos houverem sido arrancados ao poder sinistro que representa para a raça negra a maldição da cor, será ainda preciso desbaratar, por meio de uma educação viril e séria, a lenta estratificação de trezentos anos de cativeiro, isto é, de despotismo, superstição e ignorância.<sup>115</sup>

Tornaram-se raras as fazendas que continuaram contando com seu antigo pessoal após a abolição e, decidir ficar, não significava concordar em manter as mesmas condições de trabalho do regime anterior. Com exceção de São Paulo, que conseguiu implementar política eficaz de atração do trabalhador imigrante europeu, as demais províncias dependiam, basicamente, desses libertos, sofrendo assim graves problemas.

Segundo José Murilo de Carvalho, a monarquia aboliu a escravidão em 1888. Mas o problema da incorporação dos ex-escravos à vida nacional e, mais ainda, à própria identidade da nação não foi resolvido e mal começava a ser enfrentado. Os abolicionistas mais lúcidos, os reformistas monárquicos, tinham proposto medidas nessa direção, como a reforma agrária e a educação de libertos. Mas no curto período de um ano entre a Abolição e a República nada foi feito, pois o governo imperial gastou quase toda a sua energia resistindo aos ataques dos ex-proprietários de escravos que não se conformavam com a abolição sem indenização.<sup>116</sup>

O “abolicionismo” da maioria, particularmente, daqueles que haviam se convertido nos anos culminantes da luta, limitava-se, de um modo geral, a uma aceitação da necessidade da libertação e a uma esperança de que o fim da escravatura trouxesse alguns benefícios imediatos para a totalidade da nação. A abolição era, de fato, uma revolução “branca”, para usar o termo de Otavio Ianni, um movimento político que não tinha a intenção de transformar

---

<sup>115</sup>LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro. Achiamé, 1981.

<sup>116</sup>CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: O imaginário da república no Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras, 1990, p.23 e 24.

escravos em cidadãos, mas, sim, limitado à substituição da escravatura por um sistema de trabalho livre.<sup>117</sup>

A inserção do ex-escravo nessa sociedade, pautada por valores europeus, foi realizada sem uma alteração concreta nas relações excludentes e hierarquizadas existentes – ora, mesmo porque as elites intelectuais que participaram da campanha Abolicionista estavam imbuídas do espírito de “missão” quanto ao término da escravidão. A postura paternalista caracterizou a sua atuação, pois entendiam a abolição como uma concessão, uma dádiva dos abolicionistas, aos escravos. Estes eram considerados incapazes de agir por conta própria, necessitando, portanto, de sua “tutela” e proteção para representa-los e conquistar seus direitos<sup>118</sup>.

---

<sup>117</sup>CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 – 1888**; Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

<sup>118</sup>MACHADO, Humberto Fernandes. “Imprensa e identidade do ex-escravo no contexto do pós-abolição.” In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; e FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (org.). **História e Imprensa: representações culturais e políticas no poder**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

### 3 – NAS COLUNAS DO VASSOURENSE: VASSOURAS E A CRISE DA ESCRAVATURA NO BRASIL

É consenso entre boa parte dos historiadores que trabalham com o tema da crise da escravatura no Brasil, que a década de 1880 é o marco para uma nova fase da campanha em prol da abolição da escravidão. É a partir deste momento que a Campanha torna-se realmente popular, com seus meetings e propagandas, além de ações escravas e de pessoas relacionadas a movimentos abolicionistas radicais, tomando as ruas e fazendas e colocando pela primeira vez em xeque a ordem escravista no Brasil.

Como já citado anteriormente, mais especificamente no capítulo primeiro deste trabalho, Ricardo Salles afirma, que a década de 1880 é o momento de lento declínio da cidade de Vassouras, que ocorre juntamente com o de crise da escravatura. A década de 1880, compreenderia uma nova e decisiva etapa nas lutas entre senhores e escravos no Brasil, sendo necessário um novo enfoque metodológico e uma nova análise de fontes, sendo assim, a produção de um novo trabalho.<sup>119</sup>

É exatamente sobre esta diferente etapa da história da cidade de Vassouras, a qual Ricardo Salles destaca e propõe o desenvolvimento de um novo projeto, que este trabalho se debruçou, principalmente, neste terceiro capítulo. Buscando entender como o movimento abolicionista repercutiu na cidade através das páginas de *O Vassourense*.

Em relação ao período de crise da escravatura, Roselene de Cássia, em seu trabalho *Colonização e política: debates no final da escravidão*, afirma:

Minha investigação recai sobre a hipótese de Vassouras não ter ficado à margem do processo de substituição do trabalho escravo, alheia aos acontecimentos. Ao contrário, mostrou versatilidade na introdução de dois sistemas de trabalho concomitantes, conforme a tendência nacional. Participou do debate utilizando os meios de comunicação da época, analisando a situação do município, propondo e sugerindo meios alternativos à crise da mão-de-obra

---

<sup>119</sup>SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.



escrava ao se debruçar sobre as propostas que surgiam no Brasil, mediando a viabilidade de sua execução face aos interesses dos cafeicultores.”<sup>120</sup>

### 3.1 “O Vassourense”

Na década de 1880, o principal meio de comunicação a circular na cidade é o jornal. Como principal jornal da cidade no período e objeto de estudo deste capítulo, destaca-se o jornal “O Vassourense”, fundado conjuntamente com a “Typographia do Vassourense” em 19 de fevereiro de 1882, pelo poeta vassourense Lucindo Pereira dos Passos Filho, tendo como gerente e gestor o farmacêutico João Julião Manso Sayão e muitos outros colaboradores intelectuais do corpo editorial como os advogados Rodolfo Leite, Domingos de Almeida, Nuno Álvares, Luis Pinheiro Werneck, Manoel José Cordeiro e José Faustino. Circulava semanalmente com publicação dominical, ao preço de quarenta réis.

Lucindo Filho era o redator e proprietário do jornal. Além de jornalista era médico, musicista, poeta, professor e político. Oriundo da Província de Minas Gerais, onde nasceu em 16 de agosto de 1847, veio se estabelecer em Vassouras após regressar da Guerra do Paraguai, onde serviu como médico do Exército no último ano da Guerra (1869-1870). Homem de cor parda, que gostava de autores neoclássicos ou parnasianos, formado em medicina no Rio de Janeiro, sua atividade jornalística começou em 1873, quando fundou o periódico “O Município”, e só findou com sua morte, ocorrida em 1896.

Teve uma produção científica e literária considerável, publicando cinco trabalhos na área de saúde pública, e mais outros cinco sobre literatura latina. Foi o fundador do jornal “O Município” primeiro jornal a entrar em circulação em Vassouras, cujo primeiro número saiu em 15/06/1873. Colocava-se a favor da emancipação dos escravos, mas mantinha uma postura tênue em seu jornal, tendo recebido críticas mesmo assim, dos escravocratas da região. Exerceu diversos cargos públicos, entre eles o de suplente de Juiz Municipal e de Órfãos, de

---

<sup>120</sup>MARTINS, Roselene de Cássia Coelho. *Colonização e política: debates no final da escavidão*. Rio de Janeiro: Ateliê 2007, p. 61.

jurado no tribunal do júri e de delegado de polícia substituto. Em 1891 foi indicado para concorrer à eleição de deputado da Assembleia Estadual, fato que não se concretizou devido ao golpe de estado ocorrido na ocasião.<sup>121</sup>

Sua maior atuação pública se deu como jornalista, participando ativamente da defesa dos interesses da cidade e da população. Ganhou destaque em sua coluna, por suas críticas e cobranças em relação a vários tipos de episódios envolvendo o interesse público. No seu inventário, aberto após a sua morte, ocorrida em primeiro de setembro de 1896, Lucindo tinha nove filhos e estava no seu segundo casamento, com D. Amélia Pereira dos Passos, que é a inventariante. Não possuía muitos bens, tendo por destaque sua grande biblioteca, com mais de três mil livros e alguma mobília deixada.<sup>122</sup>

Apesar da importância do jornal “O Vassourense”, esse não era o único jornal da cidade. O jornal “O Vassourense” cita em uma de suas edições, no ano de 1885, a existência de sete jornais na cidade, sendo eles “O Porvir”, “Labaro”, “Canario”, “Quinzena”, “Tentamen”, “Beija Flor” e o próprio “O Vassourense”, demonstrando como eram variados os números de jornais que circulavam na cidade, haja vista que a maioria dos jornais neste período não tinha longa duração, mas também surgiam aos montes.<sup>123</sup>

Como publicação interessante, e que vem a elucidar a forma como a imprensa, ou mais especificamente, o jornal, se apresenta para a sociedade no período estudado, está uma publicação do jornal o Canário, que também circulava na cidade de Vassouras:

Secção útil  
O que é um jornal  
Jules de Claritie define-o da seguinte maneira em uma de suas importantes chronicas:  
O jornal é uma visita que nunca é importuna. A sua chegada da alegria. Pode ser que ele não nos traga novidade alguma: mas embora o número do dia não diga nada, absolutamente nada, que não tinha já sido dito no número da véspera, nem por isso terá menos valor.

---

<sup>121</sup>MARTINS, Roselene de Cássia Coelho. *Colonização e política: debates no final da escavidão*. Rio de Janeiro: Ateliê 2007.

<sup>122</sup> Inventário pertencente ao acervo do Centro de Documentação Histórica de Vassouras, mantido pela Universidade Severino Sombra.

<sup>123</sup> O Vassourense, 09 de agosto de 1885, p. 1.

O jornal é um amigo, a quem se permite que se repita um pouco, como a esses cavaqueadores do canto do fogão, cujas histórias se sabem já todas, mas que se escutam sempre com prazer. E que há entre o leitor e o jornal uma espécie de cumplicidade, nascida de uma intimidade que se aproxima muito da amizade. O jornal e o leitor entendem-se um ao outro por meia palavra. São dois velhos conhecidos, que põem todo o cuidado em não se magoar e que nas suas relações quotidianas adoção um e outro as suas asperezas.

O jornal pensa de bom grado com o seu assignante, e o seu assignante como o seu jornal. Um e outro acerta o seu relógio pelo mesmo padrão. Certos leitores não perdoariam nunca ao seu amigo quotidiano que lhes falasse mais verdade do que a que eles pedem. Há entre o leitor e o jornal uma espécie de compromisso tácito, e, como camaradas que foram envelhecendo juntos, compreende-se ambos com simples movimento de olhos.

E a força do jornal está em que elle chega a hora fixa, trazendo a sua provisão de idéias e de factos no momento desejado não deixando nunca esgotar as conversações, e não exigindo do seu amigo leitor que mude o rob de chambre para o receber.<sup>124</sup>

Com este trecho temos a percepção da importância deste veículo para esta sociedade de finais do século XIX, através das palavras de seus contemporâneos, e não por interpretações e narrativas posteriores.

O jornal “O Vassourense” era composto pelas sessões: Editorial, Noticiário, Folhetim, Agricultura, Um pouco de tudo, Variedades, Secção Livre, Edital e Anúncios. O Vassourense publicou notas referentes às iniciativas que se faziam no município e também artigos de variadas personalidades que escreviam em outros jornais, além de possibilitar a ocorrência em Vassouras do debate sobre alternativas para a introdução de outras formas de trabalho.

Ao se comparar o processo de evolução dos periódicos na Corte no decorrer da década de 1880, através do trabalho de Marialva Barbosa citada no capítulo anterior, percebe-se que a imprensa da cidade de Vassouras e, principalmente, “O Vassourense”, também participam destas modificações sofridas no decorrer deste período. Este fator é mais uma prova da íntima conexão entre esta importante cidade da região do Vale do Paraíba Fluminense, com o coração do Império, que é o município do Rio de Janeiro.

Entre as características citadas, e que “O Vassourense” também propõe desenvolver, está o papel de fiscalizador, por parte da imprensa, o de intermediário entre o público e o

---

<sup>124</sup> O Canário, 16 de fevereiro de 1886

poder, o de defensor dos fracos e oprimidos. Essas características estão contidas em tais textos como:

O senhor delegado de polícia foi solícito em attender as reclamações que fizemos em um dos numeros passados deste periódico, relativamente a falta absoluta de policia na estação do Commercio, nomeando inspector do quarteirão o sr. Braulio José dos Santos.<sup>125</sup>

Neste texto, pode-se perceber como o jornal se coloca entre os interesses públicos e a administração municipal, angariando para si o papel de fiscalizador, de defensor dos interesses da sociedade vassourense. Em outros momentos, o jornal também se coloca nesta posição, como:

É necessário que a autoridade competente faça effectivas as penas das leis em relação aos incendiários de cafezaes e capinzaes nesta época do ano. O desleixo e a falta de punição de semelhantes crimes tem chegado a tal ponto, que presentemente quem viajar desta cidade a Estação de Vassouras da Estrada de Ferro d. Pedro II, fica confrangido à vista do desolador espetáculo causado pela mão desses miseráveis.<sup>126</sup>

O jornal também abre espaço para queixas diretas de cidadãos para com as autoridades publicas, ampliando o papel de fiscalizador e dando, literalmente, “voz” às queixas da população.

Escrevem-nos:  
Em nome dos fazendeiros deste município, mas principalmente dos que possuem terras e propriedades na zona compreendida entre Vassouras e Mendes, chamamos a atenção do sr. dr. Delegado de policia, para os continuados abusos de que são vitimas, em consequência de compras feitas a horas escusas por alguns indivíduos estabelecidos com venda nas estradas vicinaes, a escravos que, dilapidando os respectivos senhores, ignorantes como são, não tem, contudo, a consciência do mal que praticão.”<sup>127</sup>

Mas para além do papel de fiscalizador e intermediário, “O Vassourense” demonstra em sua coluna ser um periódico ligado intimamente à política. Política essa, não só restrita à cidade de Vassouras, mas atenta ao que ocorre na política Imperial da década de 1880. Entre as suas colunas, podemos perceber alguns ilustres cidadãos vassourenses pedindo votos, mas também criticas à política imperial, aos partidos e até diretamente voltada para a instituição monárquica, rompendo assim, um pouco, com a proposta do jornal e até mesmo da imprensa no período, de ser imparcial e não partidário.

---

<sup>125</sup> O Vassourense, **04 de janeiro de 1885, p. 2.**

<sup>126</sup> O Vassourense, **21 de agosto de 1887, p. 1.**

<sup>127</sup> O Vassourense, **04 de abril de 1886, p. 2.**

Foi estrondoso em todo o império a derrota do partido liberal de s. magestade o imperador.

O monarca illustre, diante de cuja sabedoria a civilizada Europa curvou-se reverente, deve a esta hora estar magoada consigo mesmo por ter mantido tanto tempo no poder um grupo de homens, que a opinião nacional acaba de condemnar quase que unanimemente.

Pois o chefe do Estado, que deveria estar attento para o pensamento de seu muito amado povo, iludiu-se a ponto de consentir que fossem seus ministros indivíduos sem influência alguma, sem valor intelectual e moral, pobres coitados repellidos tão brutalmente pelas urnas?

Se estas fallarão a verdade, s. magestade mostrou durante sete annos, inépcia condemnável, assombrosa, capaz de tornar republicano um monarchista enragé como eu.

Toalber<sup>128</sup>

Com este trecho, ataca-se diretamente a política exercida pelo partido liberal e até mais diretamente, ao Imperador e a instituição monárquica, que mesmo ainda possuidora de grande apoio popular, passa a sofrer cada vez mais a oposição de grupos, que até bem pouco tempo, o eram aliados. Toalber<sup>129</sup> é o pseudônimo de Alberto Brandão, colaborador do “O Vassourense” e proprietário de um importante colégio da cidade. Sendo assim, como a maioria dos redatores de jornais do período, ligado diretamente a política imperial.

Não é apenas este trecho que representa a importância do tema política para o periódico. O jornal há todo momento, e em todas as suas edições, sempre se remete a questões políticas, tanto de cunho local, relativas à política municipal, como de cunho nacional. Suas críticas são argutas e demonstram as mudanças de opinião, que a sociedade atual sofria, como no caso deste trecho:

Foi eleito deputado pelo primeiro districto de Pernambuco, o dr. Joaquim Nabuco, em substituição do ministro do império conselheiro Machado Portella.

Esta vitoria tem alta significação por serem conhecidos os princípios políticos do dr. Nabuco, e por terem como contendor não só um ministro, como por ser o conselheiro Portella um cidadão de muito prestígio em Pernambuco, de onde é filho, e um político sério, honesto e illustrado.

É o sétimo ministro que é derrotado. (...) Estas derrotas vem por evidencia que a tal phrase que já passava por axioma – O governo é o poder, nem sempre é verdadeira.<sup>130</sup>

Pode-se perceber nesta última citação, que é dado mais importância à derrota do ministro do que à vitória de Nabuco, sabidamente um líder do movimento abolicionista.

---

<sup>128</sup> O Vassourense, 24 de janeiro de 1886, p. 1.

<sup>129</sup> O Vassourense, 29 de novembro de 1885.

<sup>130</sup> O Vassourense, 18 de setembro de 1887, p. 1.

Como citado anteriormente à política local, também é de extremo interesse do periódico, sendo muito enfatizado à decadência de Vassouras, como causa de uma política desleixada e incompetente, tanto local, como nacional.

Está empossada a nova municipalidade.  
Varões distintos e dignos de consideração compõe os nove que os eleitores vassourenses indicaram para ocupar aquelas honrosas cadeiras.  
A elles nos dirigimos hoje pedindo a sua atenção para o levantamento deste município, que tão brilhante papel outrora representára, e que causas diversas abateram até quase aniquilal-o de todo.  
A municipalidade transacta muito teria feito, se infelizmente não tivesse predominado na maior parte de seus actos e deliberações o maldito espírito partidário.<sup>131</sup>

Apesar do tema política ser de grande importância para o jornal, este também separa espaços para histórias, no mínimo curiosas, para a sociedade do período, demonstrando as formas de pensamento desta sociedade e seus preconceitos.

Eis que um curioso caso de fecundidade que provavelmente excitará o estudo e observação dos componentes.  
Uma preta escrava do sr. José Estevão dos Reis, morador na freguezia do Quilombo, no município de Barbacena, deu a luz, em janeiro próximo passado, a quatro crianças, e um só parto, sendo três do sexo masculino e uma do sexo feminino.  
Das quatro crianças a ultima faleceu vinte e quatro horas depois de nascida, as três outras sobreviverão e estão voas e robustas. O mais notável é que das quatro crianças duas são de cor preta, uma parda, e a que faleceu era branca.  
Este phenomeno attrahiu a curiosidade dos visinhos, que em grande número forão observal-o. A parturiente esteve em trabalho de parto durante 24 horas, e suas condições de saúde são excelentes.<sup>132</sup>

Além de todas as informações citadas anteriormente, o periódico também possui, em quase todos os seus números, a coluna “Editaes”, na qual se promove a venda e arrematação de escravos, fazendas, imóveis e outros utensílios, para o pagamento de dívidas.

### 3.2 Os debates do “O Vassourense”

Embora busque uma pretensa neutralidade e imparcialidade, ao promover debates em relação à cultura do café, ao trabalho realizado por mão-de-obra escrava e à política exercida por parte daqueles que estão no poder, o jornal “O Vassourense”, por intermédio de seus

---

<sup>131</sup>O Vassourense, 09 de janeiro de 1887, p. 1.

<sup>132</sup>O Vassourense, 26 de abril de 1885, p. 1.

redatores, deixa escapar algumas de suas preferências e prováveis soluções, as quais acreditam ser mais eficazes.

Suas posições, como se perceberá no decorrer das transcrições, não são estáticas, apoiando ora uma posição, outrora outra e, às vezes, duas ou mais posições diferentes. Isso demonstra quão variadas eram as soluções propostas para a resolução da crise do fim do século XIX e que, apesar de supostamente apenas uma ter triunfado, a imigrantista, outras propostas foram levantadas.

Em Vassouras, por intermédio dos debates desenvolvidos pelo “O Vassourense”, percebe-se certa inclinação à questão da colonização por parte do trabalhador nacional livre, principalmente os ex-escravos. Algumas colunas do periódico foram designadas para demonstrar os benefícios da manutenção da mão-de-obra já existente na localidade, sempre com o argumento de que como não é mais possível manter a escravidão, que pelo menos esse trabalhador permaneça na região, evitando a escassez de braços para o trabalho.

Nessa epocha lembrávamos a lavoura que cuidasse de introduzir o credito rural e agrícola com organização adequada as suas necessidades presentes e futuras: a criação de escolas-fazendas, onde fossem recebidos os órfãos, os desamparados, vagabundos, os libertos e os ingênuos pela Lei de 1871, aproveitando deste modo o elemento nacional e formando para a lavoura bons trabalhadores regularmente instruídos, disciplinados e moralizados. (...) Se diariamente agravam-se os sofrimentos da lavoura por falta de instituições de credito (...), não menos importante serão os que advirem da falta de braços. A lei inevitavelmente da mortalidade, a emancipação legal do estado servil e a liberdade dos proprietários, concorrem efficazmente para que dentro em pouco tempo, tenham de desaparecer os braços que atualmente representam o trabalho nos estabelecimento ruraes. Não antevemos outro meio para a transição do regimen do trabalho servil para o livre, senão na fundação das fazendas-escolas, que será não somente o complemento benéfico da Lei de 28 de setembro de 1871, como o roteiro para a lavoura conseguir o seu desideratum.<sup>133</sup>

Apesar da intenção de se aproveitar o trabalhador nacional, o projeto de colonização europeia também foi defendido pelo periódico, que lhes dedica amplos espaços. Muito se fala sobre a província de São Paulo, delegando à ela os maiores êxitos na política de atração do imigrante europeu. Mas também há exemplos da província do Rio de Janeiro, da Corte e de Minas Gerais.

---

<sup>133</sup>O Vassourense, 18 de dezembro de 1887, p. 3.

Algo a se observar no decorrer da leitura do jornal é a maior intensidade das reportagens em favor e sobre a imigração europeia com o aproximar do fim da escravidão ou, mais precisamente, com o cada vez maior agravamento da crise da escravatura no Império do Brasil. Como uma possível resposta, está a percepção dos contemporâneos do iminente fim do trabalho escravo no Império, demonstrando ser a sociedade vassourense estritamente ligada com o desenrolar da crise.

O regimen de trabalho italiano uniformemente seguido na província de S. Paulo é este:

Ao chegar na fazenda o immigrante recebe nos primeiros dias sustento grátis, até chegar a sua bagagem que vem 2 ou 3 dias depois, em trens de carga. Estabelecidos em casas por que nada pagam, com pasto para dous animaes e terreno para a cultura de cereaes e legumes, o immigrante recebe sua caderneta onde lhe são debitados os adiantamentos de gêneros feitos pelo fazendeiro.

(...) O imigrante e sua família assim estabelecidos começam então seus trabalhos. Por cada 50 litros de café que colhem, inclusive o trato e a capinação dos cafeeiros, recebem 500 réis. Esta é a praxe quase universal na província. (...) Também ajustam com o immigrante a plantação de café nesta base: elle planta e cuida do arbusto até completar quatro anos e então recebe entre 400 e 500 réis para cada pé. Tal é o modus vivendi adoptado e que parece agradar geralmente ao italiano. O certo é que a província de S. Paulo vai receber este anno mais de 31.000 immigrantes.<sup>134</sup>

Além de São Paulo, o jornal também publica reportagens com relação aos imigrantes que chegam para a província do Rio de Janeiro e até mesmo os que se estabelecem na região de Vassouras.

Pela presidência da província comunicou-se a camara municipal, para os fins convenientes, que o sr. Carlos Sebastião Pegado foi autorizado, pelo ministério da agricultura, a introduzir na fazenda de sua propriedade, denominada Antas, neste município, dez famílias de agricultores italianos.<sup>135</sup>

No correr de novembro último entraram no porto do Rio de Janeiro 4073 immigrantes, dos quaes deduzidos 662 que no referido mez sahiram do império, também pelo porto do Rio de Janeiro, verifica-se desde logo, relativamente ao povoamento do solo brasileiro, um acréscimo de 3.411 almas.<sup>136</sup>

---

<sup>134</sup>O Vassourense, 04 de dezembro de 1887, p.1 e 2.

<sup>135</sup>O Vassourense, 01 de janeiro de 1888, p. 2.

<sup>136</sup>O Vassourense, 01 de janeiro de 1888, p. 2.



Com tais fragmentos, percebemos o quanto o periódico estava informado sobre a questão da imigração, com números de órgãos do governo provincial. Também existem reportagens baseadas em números do governo imperial.

Si forem confirmados os cálculos de alguns illustrados diretores da Sociedade Central de Immigração, a generalidade das provinciais do Brazil, terá recebido durante o ano findo, numero nunca inferior a 50.000 individuos provinientes do estrangeiro. Só a província de S. Paulo recebeu a maior parte deste contingente, e a elle deve a sua excepcional prosperidade.<sup>137</sup>

Apesar de enaltecer e de informar sobre a política de atração dos imigrantes para o Império, o jornal também reserva espaços para a crítica desta política, principalmente, no que se refere à província do Rio de Janeiro, que com sua economia decadente, só observa a ida dos imigrantes para São Paulo e outras províncias.

No correr de janeiro deste anno entraram no império, pelo porto da sua capital, 4.043 immigrants, na sua grande maioria italianos (3.370); portugueses, 443; hespanhoes, 74; allemães, 34;etc, etc.  
Dos referidos immigrants, não simplesmente avulsos, mais constituindo grande numero de famílias, seguiram para S. Paulo 1960, para o Rio Grande do Sul 1200, e os outros para diversas provinciais (Espírito Santo, 324; Santa Catarina, 162), cabendo a nossa apenas 141.<sup>138</sup>

Em tal fragmento, tem-se a percepção da decadência da província do Rio de Janeiro, que desembarca um grande número de imigrantes, mas não dispõe de meios para atraí-lo. A questão sobre a vinda dos imigrantes com a sua família, também é de suma importância, pois para os contemporâneos, era sinal de que tais imigrantes vinham para o Brasil com a intenção de permanência há longo prazo.

Louis Couty, importante voz no que se refere à política imigrantista no Brasil, é citado no Vassourense, mais especificamente na coluna “**Agricultura**”. Segundo Roselene de Cássia, Couty considerava a imigração europeia a mola-mestra para a transformação do trabalho, a condição de todas as outras transformações, sendo, para isto, necessário o fim da

---

<sup>137</sup> O Vassourense, 08 de janeiro de 1888, p. 2.

<sup>138</sup> O Vassourense, 18 de março de 1888, p. 2.

escavidão. Era favorável à imigração espontânea e considerava a população livre brasileira insuficiente para gerar riquezas para o país.<sup>139</sup>

Couty busca enfatizar a maior produtividade do trabalhador livre, mais especificamente o imigrante europeu, destacando o atraso de regiões como Rio de Janeiro e Minas Gerais, ainda presos ao trabalho escravo, ao contrário de algumas regiões de São Paulo, que já se encontram muito avançadas e prósperas. Couty também combate a concentração excessiva de terras, acreditando que para manter os trabalhadores estrangeiros e até animar o ineficiente trabalhador nacional, é necessário dividir parte das terras em pequenos lotes.

Esta transformação, por conseguinte, é para o fazendeiro do maior interesse, e o solo do Brazil, tão rico quanto bem cultivado, seus productos abundantíssimos dão uma tal remuneração ao rendeiro e ao proprietário que a substituição do trabalho escravo pelo livre se torna relativamente fácil. Dão as plantações do Brazil de cinco a seis milhões de saccas; sendo mais bem tratadas e cultivadas, provão-no o exemplo das colônias de S. Paulo, darão sem maior trabalho 10 milhões de saccas; e, deste modo qualquer que seja o argumento inevitável do consumo do café poderá o Brazil conservar sem dificuldade e sem novas despesas, a sua situação de principal fornecedor e regulador dos mercados.<sup>140</sup>

A lei dos Sexagenários também tem destaque no periódico, sendo importantes as informações decorrentes das mudanças ocasionadas pela sua implementação.

Por aviso de 23 do passado as presidências de províncias ordenou o sr. ministro da agricultura que para assegurar o grosso da liberdade aos escravos de 60 e 65 anos, e aos que forem completando a idade de 60 de acordo com as disposições regulamentares do decreto n. 6517 de 14 de novembro próximo passado, se desse a maior publicidade as seguintes declarações.<sup>141</sup>

Além das citações, o período publica em suplemento o edital concernente aos escravos que atingiram a idade de 60 anos no município de Vassouras. Neste edital, que é publicado inicialmente no início de junho do ano de 1886 e dura até agosto do mesmo ano, tem-se a relação dos nomes dos ex-escravos, além do nome de seus antigos donos, local onde residiam, número de matrícula e data, cor, idade, estado civil e profissão.<sup>142</sup>

---

<sup>139</sup>MARTINS, Roselene de Cássia Coelho. *Colonização e política: debates no final da escavidão*. Rio de Janeiro: Ateliê 2007.

<sup>140</sup>O Vassourense, 18 de janeiro de 1885, p. 3.

<sup>141</sup>O Vassourense, 03 de janeiro de 1886, p. 3.

<sup>142</sup>O documento citado possui um número de informações muito grande, sendo ainda necessário conhecer sua veracidade. É de interesse utilizá-lo em um próximo trabalho.

Com o avançar da década de 1880 e, conseqüentemente, aumento da crise que assola não somente os rumos da lavoura no Império, mas até o futuro da nação, diversas são as propostas que surgem no que tange a resolução da crise do sistema de trabalho, cada vez mais difícil de controlar. O Vassourense não fica de fora desta discussão.

Estando a inaugurar a usina central da Barra, impressiona-nos a introdução do melhor systema de educação technica, que ali vai iniciar-se. Esse estabelecimento terá provavelmente suas escolas nocturnas e de domingo, onde se ensinarão todos os elementos, necessários a educação e instrução do cidadão de um paiz realmente livre e os princípios technicos de agronomia ou ao menos da cultura da canna ou de outras espécies. Ali os meninos e operários terão sempre diante os olhos o grandioso espetáculo do palácio da indústria moderna, povoado de machinas em movimento, erguendo-lhes o espírito, excitando-lhes a actividade, aguçando-lhes a intelligência e sublimando-lhes incessantemente o coração até Deus, pela evidência de que há creaturas, que podem crear, como o creador! (...)<sup>143</sup>

Destaca-se neste trecho a busca da modernidade, algo que muitos acreditavam ser difícil de conquistar tendo a escravidão como regime de trabalho. Também é de se destacar a importância da educação, que para alguns abolicionistas, era um fator de suma importância; além da proposta de desenvolver outras culturas, como a cana, a uva, o trigo, algodão e outras, diversificando a produção brasileira, que para muitos sofria com o exclusivismo da cultura cafeeira.

Como exemplo que condena o exclusivismo da cultura cafeeira, incentivando a produção de outras culturas no Vassourense, a coluna “Agricultura” destaca:

Repetidas vezes havemos indicado a cultura do trigo, como uma das que prometem mais abundantes resultados a lavoura, quando temos tratado de apontar os inconvenientes múltiplos que acarreta o exclusivismo de cultura. A vinha, outra espécie de cultura, que offerece também excelente futuro, tem sido menos desprezada e já se contam na província alguns municípios, onde annualmente se fabricam centenaes de pipas de vinho, encontrando prompta venda e offerecendo aos cultivadores larga remuneração.<sup>144</sup>

Apesar da busca de soluções para esta grave crise da década de 1880, a qual o Vassourense propõe discutir e apresentar para a sociedade de Vassouras, os seus prós e contras, outros fatores vêm na contramão, acelerando ainda mais essa crise. Os constantes casos de violência por parte dos escravos, além de fugas em massa e abandono do eito, são

---

<sup>143</sup> O Vassourense, 10 de outubro de 1886, p. 2

<sup>144</sup> O Vassourense, 22 de abril de 1888, p. 2 e 3.

registrados no periódico. Algo a se observar é o pequeno número de notícias com esses temas no periódico, se comparado com que a historiografia publica. Pode-se pensar que a região viveu certa “paz” neste momento de crise, mas acredito que o jornal foi omissivo em publicar esses casos, sendo necessária uma pesquisa mais aprofundada sobre o tema.

**Escravo Fugido**

Desapareceu no dia 14 do corrente o preto Firmino de nação, alto e corpulento, pouca barba, beiços grossos, anda com as pernas muito unidas a ponto dos joelhos roçarem um no outro, tem o passo curto e ligeiro, fala atrapalhada, é rendido de uma virilha e usa funda, quem o apprehender e leval-o a seu senhor José Alves Vieira no lugar denominado Bomfim na estrada de Belém ao Paty de Alferes ou der notícia certa será generosamente gratificado; protesta-se contra quem o acoutar.<sup>145</sup>

É interessante notar a descrição do escravo fugido, enfatizando suas características físicas. Outro fator importante a se destacar é a questão do protesto do dono do escravo quanto a quem o acoitar, demonstrando ser possível a interferência de pessoas ligadas ao movimento abolicionista no local.

Há de se estranhar no periódico, a falta de relatos sobre fugas em massa e abandono do eito de trabalho com recusa a retornar, mesmo nos anos de 1887 e 1888, onde boa parte da historiografia sobre o tema afirma ser um período de instabilidade na organização do trabalho nas lavouras do Centro-Sul do Império. Como já foi descrito acima, é um caso para aprofundamento do estudo, sendo um único relato publicado:

Fugirão da fazenda Boa Esperança, freguezia do Paty de Alferes 3 escravos:

1º Annanias, fula, de roça, com 30 anos de idade, pernambucano, barba no queixo, estatura regular, sabe ler e escrever, é bem falante.

2º Domingos, preto, de roça, com 26 anos de idade, nascido na fazenda, baixo e grosso.

3º Evaristo, cabra, de roça, com 20 anos de idade, nascido na fazenda, estatura regular, magro, principiando a barbar: nega sempre de onde é.

Quem os aprender, e leva-los a fazenda será gratificado.<sup>146</sup>

Com o tema sobre a violência e crimes cometidos por escravos, o periódico reserva um maior espaço, com um número maior de notícias em destaque. Mas, mesmo assim, se levarmos em conta que a população escrava da cidade era muito grande, esses números tornam-se pequenos. Um desses casos de crimes cometidos por escravos são:

Estão prontos para entrar em julgamento na sessão do júri que se abre amanhã os seguintes processos:

---

<sup>145</sup>O Vassourense, 21 de junho de 1885, p. 4.

<sup>146</sup>O Vassourense, 11, 18 e 25 de janeiro de 1885, p. 1.

1º auctora a justiça, réo Vicente, escravo de Leandro de Souza Freitas, crime de morte.  
2º auctora a justiça, réo Leonardo escravo de d. Luiza Maria de Faria, crime de morte.  
3º auctora a justiça, réo José Francisco de Souza, crime de morte.<sup>147</sup>

O desenrolar destes crimes é muito interessante e também requer uma análise mais profunda em um próximo trabalho. O escravo Vicente estava tão doente no dia de seu julgamento, a ponto de o periódico escrever que ele não poderia manter-se sentado, sendo o seu julgamento adiado, e o periódico não mais escrevendo sobre o caso nas publicações posteriores, nos privando do que aconteceu com o réu.

Já com o outro escravo que estava sendo julgado, Leonardo, fora absolvido unanimemente sendo como resposta para tal, a de que o crime fora cometido casualmente. Porém, antes de sua sentença, o Juiz que presidia a sessão fez um discurso em homenagem ao advogado Alexandre Chaves, que era conhecido como defensor das causas dos escravos. Em seu inventário, possuía apenas uma escrava, Maria Bernarda, na qual era concedido à liberdade após a sua morte. Talvez tenha sido uma forma de homenageá-lo, quem sabe. O outro réu, José Francisco de Souza, foi absolvido por falta de testemunhas.

É publicado no periódico também, o inverso do caso citado acima, onde o escravo de réu passa a ser vítima e é perceptível certa indignação do redator para com o ato, demonstrando que o periódico era contrário a tal atitude.

O dr. promotor publico deo denuncia contra Brasileo Cesar Machado, pelo crime de ferimentos graves na pessoa do escravo Eleutério. Assim procedeo o órgão da justiça pública, porque no dia 23 do corrente aqui se apresentou a autoridade judicial aquelle escravo, horrivelmente maltratado. Tendo sido feito o auto de delito, a requerimento do mesmo dr. promotor publico, os peritos drs. Alberto Leite, e Lucindo Filho declararão os ferimentos graves. Chamamos a atenção do sr. dr. delegado de policia, para que esses factos não se repitão.<sup>148</sup>

Com tal trecho, podemos julgar acontecer certa mudança na mentalidade das pessoas do período, entendendo ser o jornal um reflexo da sociedade a qual ele se dirige, demonstrando que apesar de se estar sobre o estigma da escravidão, estes escravos agora são

---

<sup>147</sup> O Vassourense, 20 de setembro de 1885, p. 2.

<sup>148</sup> O Vassourense, 29 de agosto de 1886, p. 1.

vistos de forma diferente, de forma talvez mais humana, mesmo que essa forma ainda seja carregada de preconceitos.

### **3.3 O 13 de Maio.**

Com o aproximar do fim da década de 1880 e a certeza, cada vez maior, do fim da escravatura, um ato que era muito comum por parte dos senhores de escravos, sendo utilizado como válvula de escape e auxiliando, de certa forma, no controle da escravaria, a concessão de liberdade, ou a entrega de cartas de alforria, tomam uma nova proporção e um novo sentido.

Nos anos de 1887 e, principalmente, no início de 1888, elas crescem de forma assustadora em números e torna-se agora uma conquista ou, às vezes, uma única saída para o proprietário, deixando o seu caráter de concessão. Com a abolição cada vez mais próxima, muitos acreditavam ser ela a única maneira de segurar essas pessoas no local de trabalho, outros acreditavam que era a coisa certa a se fazer e muitos não viram outra opção, pois mesmo se negasse a carta, essas pessoas já haviam conseguido a sua liberdade.

O jornal o Vassourense e a própria sociedade da cidade de Vassouras, não passam imunes a esta “avalanche” de liberdades, sendo o jornal um portal para anunciar as abolições que ocorrem na região e no entorno. Sempre tomada como algo positivo e digno de festa, o periódico publica esses casos de forma entusiástica e coloca-as como exemplo a ser seguido pelo restante da sociedade.

O sr. dr. João Ribeiro dos Santos Zamith, dando cumprimento a lei Saraiva, dispensou de qualquer serviço 16 escravos, que tinham atingido a idade legal. Concedeu também liberdade a mais dous dos seus escravos, espontaneamente. Aos 18 deu plena liberdade de escolha: ou ficar na fazenda ou deixá-la. Todos declararão que não querião abandonar seu ex-senhor, que sempre os tratara com toda a humanidade, e ficarão na fazenda trabalhando em seus respectivos serviços, parte da semana a jornal, e parte nas mesmas condições dos colonos nacionaes, que lá também trabalhão. Não podemos deixar de louvar o dr. Zamith pelo acto que praticou, e tornar bem patente que é tal o modo porque trata seus escravos, que estes, mesmo depois de livres, não querem deixal-o.<sup>149</sup>

---

<sup>149</sup> O Vassourense, 17 de janeiro de 1886, p. 1.

Neste trecho, há diversos fatores a se destacar. Primeiramente, no que se refere a uma abolição que é de direito do escravo, decorrente da lei dos sexagenários, sendo o escravo um possuidor de direito. Também é de interesse, analisar a questão da concessão de liberdade a dois escravos que não a tinham por direito. Daí pode-se tirar diversas conclusões, como sendo o senhor uma pessoa muito “humana” e boa para com a sua escravaria, ou uma tentativa de mantê-los fiéis à ele, percebendo que ao conceder a liberdade a essas pessoas, elas seriam inteiramente gratas, já que não era isso de direito delas e nem se estava no momento de grande turbulência, como o que vai acontecer nos anos de 1887 e 1888.

O trecho também nos reserva outras informações importantes, como a de que este senhor, mesmo sendo dono de alguns escravos, já possuía trabalhadores livres em suas terras. Tal fator vem a corroborar a colocação de Roselene de Cássia, citada acima, que afirma que Vassouras, no período de crise, manteve dois sistemas de trabalhos concomitantes: o baseado em mão-de-obra escrava e outros em mão-de-obra livre.

Outro trecho interessante sobre a questão das abolições é:

Em audiência extraordinária, no dia 7 do corrente, o sr. dr. juiz de órfãos entregou cartas de liberdade a 70 ex-escravos, por conta da 6ª quota do fundo de emancipação.<sup>150</sup>

Neste trecho temos mais um exemplo da questão da abolição por intermédio da interferência governamental, sendo a quota do fundo de emancipação um artigo da Lei dos Sexagenários para se apressar a extinção da escravidão.

A opulenta família Ferreira, de Campinas, acaba de libertar incondicionalmente 1500 escravos.<sup>151</sup>

Destacamos a grande quantidade de escravos concentrada nas mãos de apenas uma família, próximo da abolição, já num momento de desorganização da lavoura no Brasil. Também deve se levar em conta que o caso acontece na cidade de Campinas, sendo essa região já avançada na utilização do trabalho livre, como já foi noticiado no próprio periódico.

---

<sup>150</sup> O Vassourense, 11 de julho de 1886, p. 1.

<sup>151</sup> O Vassourense, 04 de março de 1888, p. 2.

Quanto à publicação da extinção da escravidão em terras brasileiras, o jornal “O Vassourense”, com a sua proposta de imparcialidade e neutralidade, se mantém firme até o início do ano de 1888, quando é difícil sustentar ideias escravocratas, seguindo como boa parte da sociedade atual, a apoio ao fim imediato da escravidão.

O periódico passa a publicar reuniões e decisões tomadas por grupos e pessoas influentes, diretamente ligadas aos interesses da lavoura, com no caso:

Effectuo-se no dia 20 a reunião dos lavradores deste município, convocada por alguns de seus membros, affim de accordar-se nos meios de tornar mais suave o golpe que com certeza será vibrado, e que não se fará esperar, o da completa abolição da escravatura no Brazil.<sup>152</sup>

Nesta reunião citada no trecho acima, muito se discutiu, mas, o principal fator a ser destacado e a já perceptível abolição como algo fundamentado e sem volta, mesmo não sendo ainda decretada. Esta reunião serviu para discutir formas de atrair e manter o trabalhador nacional e estrangeiro na região, sendo debatido qual o melhor sistema de trabalho, o de parceria, assalariado, empreitada ou arrendatário. Muito se discutiu sobre isso, tendo algumas pessoas posições diferentes quanto ao sistema, mas todos concordando de que eram necessários braços para trabalharem na lavoura.

Também foi levantada na reunião, a questão do aumento do crédito agrícola, sendo necessário a intervenção direta do governo, pois eram as fazendas o sustentáculo econômico do Império. Entende-se então, que com o iminente fim da escravidão, o mais importante agora era a manutenção do status quo e da riqueza, para com o grupo dos proprietários de terra. Surge com muita força, o interesse em proteger a “classe”.

Com, a ainda maior proximidade do 13 de Maio, o periódico passa a praticamente fazer propaganda abolicionista. Logicamente que de forma moderada, mas seus espaços são cada vez mais dedicados à causa da abolição e até se apela para o lado humano das pessoas.

Communicado  
A abolição no Brazil

---

<sup>152</sup> O Vassourense, 25 de março de 1888, p. 1.



A idéia da completa e imediata extinção da escravatura no Brazil, sendo como é, uma idéia de humanidade, vai-se, felizmente, propagando rápida pelos cérebros de todas as camadas sociais que habitam este vasto e ubérrimo paiz. Do sul ao norte, do nascente ao ocaso, só se ouve, actualmente, partir das bocas de nacionaes e estranhos, estes gritos que retumbam em todos os corações do bem.

— Liberdade para tantos infelizes que nasceram sob o peso do mais hediondo estigma, a escravidão!<sup>153</sup>

No periódico do dia 13 de maio, fica declarado o apoio do jornal ao fim da escravidão no Brasil. Nesta edição ele declara as etapas que a lei percorreu e a possível assinatura da lei ainda no mesmo dia ou quem sabe no dia seguinte, sendo este ato, um ato que levará a nação a aspirar ares de “civilização moderna”.

Apresentado como proposta do poder executivo, á camara dos srs. Deputados, em sessão do corrente, passou alli quinta-feira (10), em terceira e última discussão, o projecto de lei que declara extinta desde já a escravidão no Brazil.

Esta agora com a palavra o senado, e depois, talvez hoje, talvez amanhã, no rigor da expressão, a excelsa regente, commovida, batendo em unisono o seu coração de mulher e mãe com todos os corações de brasileiros, tomando da Penna de ouro que o seu povo lhe offerece, lançará p decreto de sanção, derradeiro tramite por que há de passar a lei.

E a luz jorará plena e bonançosa por todos os ângulos do paiz, com a que iluminou o cháos primitivo. Neste momento estamos na alvorada da liberdade; o projecto faz a sua marcha astral, rápida como um rodar de carro de Victoria, através do delírio das ovações populares, suspensa, para assim dizer, toda a vida nacional, que se concentra nesta aspiração inefável cuja febril impaciência mal se disfarça com a certeza embora de um segundo êxito; e o mundo inteiro nos contempla, ansioso de jubilo perante essa explosão de energia, - intensíssima, verdadeiro terremoto moral, que subverte um passado de trevas e nos levanta á altura da civilização do século!<sup>154</sup>

E exatamente no dia 20 de maio de 1888, o jornal publica a tal calorosa e interessante Lei áurea, que pôs fim à escravidão no Brasil.

É já lei do paiz, sob n 3353 e data de 13 de maio, e legenda de ouro para as paginas da nossa historia a proposta do poder executivo declarando extinta desde então a escravidão no Brazil, e portanto em todo o universo, por que tínhamos a desventura de ser o ultimo pedaço de terra conquistada pela civilização do século, em que ainda vigia essa instituição de priscas eras com todo o seu cortejo de inenarráveis ignomias.

Dir-se-ia um sonho, uma visão radiosa como a que teve Jacob adormecido em duro leito, essa nova estupenda que voa por todo o paiz, como um anjo de paz, levantando tempestades de entusiasmo e congraçando todas as classes da nossa sociedade nas saudações que desperta á sua passagem luminosa.

Éramos hontem ainda uma nação de escravos, e somos hoje uma nação de irmãos, tão digna como as que mais forem! Em sete dias fez Deus o mundo, em sete dias creámos nós uma pátria nova.<sup>155</sup>

---

<sup>153</sup> O Vassourense, 08 de abril de 1888, p. 2.

<sup>154</sup> O Vassourense, 13 de maio de 1888, p. 2.

<sup>155</sup> O Vassourense, 20 de maio de 1888, p. 1 e 2.

Apesar de todo esse discurso, que é muito maior do que este pequeno trecho, descrito acima, ocupando quase todas as páginas do periódico e que vai de exemplos religiosos à dedicação de homens voltados para a causa abolicionista. Observa-se toda a declaração do redator à causa da abolição, descendo da sua imparcialidade e neutralidade e profetizando a modernidade da nação. Ainda sobra um espaço para um “puxão de orelhas”.

No meio de hynnos de alegria, das aclamações delirantes de entusiasmo, das ruidosas demonstrações de regisijo nacional, que de uma extrema a outra do Brazil assignalam brilhantemente o assombroso feito da extinção do elemento servil no seu ultimo reduto, plantado em solo americano, - era impossível que esta culta cidade de Vassouras, que sempre se distinguiu pelos sentimentos de civilismo e de amor ao progresso por parte dos seus habitantes, se conservasse hoje indifferente, fazendo dest' arte uma excepção odiosa, anti-patriótica e sumamente desdourante para os seus foros de civilisada. Sendo assim não podemos comprehender ainda como a nossa(sic), na sua categoria de immediata representante do povo, conforme se diz em estilo constitucional, não se dignasse de tomar a mínima parte dos festejos aqui havidos, nem siquer mandando arvorar nas saccadas do paço municipal a bandeira brasileira, que não é della nem de ninguém em particular, mas é de todos, é da nação em peso, que já havia começado a celebrar o glorioso advento de liberdade de todos os seus filhos!

Como chronista, não podemos deixar de consignar este facto, lamentando-o ou, pelo menos, estranhando-o ao mesmo tempo; a não ser que se queira admitir para o caso, como representação bastante de uma corporação official dessa ordem, o simples edificio da sua sede com todo o aspecto mudo e quedo, sombrio e fechado. O povo vassourense, esse sim, cumpriu o seu dever na medida de seus recursos, e deu largas ao seu jubilo patriótico, não deixando passar despercebido o histórico evento, de tamanha significação para os destinos agigantados do paiz.<sup>156</sup>

---

<sup>156</sup>O Vassourense, 20 de maio de 1888, p. 2 e 3.

## CONCLUSÃO

A crise que se instaura no período final da monarquia, além da pressão abolicionista, faz com que a década de 1880 se transforme em um momento ímpar para a história do Brasil. Através do periódico “O Vassourense”, procurou-se compreender como a sociedade vassourense reagiu ao processo de crise e posterior fim, da instituição escravista no Brasil. Como se posicionaram, ante ao fato desta crise, as pessoas que compõem este periódico e que são formadoras de opinião nesta sociedade.

Se analisarmos somente os jornais publicados em 1888, mais exatamente entre os meses de março e maio, têm-se a ideia de que o jornal é amplamente favorável à questão da abolição, dedicando enormes espaços de suas publicações à defesa da causa emancipacionista. Mas tendo acesso ao periódico desde o ano 1885, e até mesmo os anos de 1882 à 1884, sendo o ano de 1882 o de surgimento do periódico, encontramos em suas colunas, alguns anúncios que dão notícias sobre escravos fugidos, venda de escravos e reuniões do Club de Lavoura, onde os interesses mais nobres são os de manutenção da propriedade e da riqueza para as elites já existentes.

Vende-se por um preço módico, um escravo para todo o serviço, moço e muito saudável. Para tratar com o sr. dr. João Thomaz de Araújo nesta cidade.<sup>157</sup>

Essas características não condizem com o movimento abolicionista que Joaquim Nabuco dirigiu, ou com as ideias de José do Patrocínio, ou com as atitudes tomadas pelos periódicos da província do Ceará, que se opuseram à escravidão, entre outros tantos. Pelo contrário, eram muito mal vistas perante boa parte dos abolicionistas. Segundo Ricardo Salles, no artigo “O Partido Abolicionista”, *O abolicionismo*, a partir de longo arrazoado histórico, político, sociológico e moral, defendia a abolição imediata e sem indenizações e a destruição da obra da escravidão, sem o que a própria extinção do cativo restaria

---

<sup>157</sup>O Vassourense, 08 de março de 1885, p. 4.

incompleta. Por obra da escravidão, Nabuco entendia a grande propriedade rural e sua influência sobre o conjunto da sociedade, em especial na conformação de um estado parasitário que servia largamente como um empregador dos extratos desocupados oriundos, direta ou indiretamente, da classe dos latifundiários escravistas. A taxação da grande propriedade e a distribuição de terra aos antigos escravos e aos trabalhadores rurais era empresa quase tão importante quanto a própria abolição. Por outro lado, havia ainda a tarefa de promover os antigos escravos e seus descendentes ao pleno gozo de seus direitos de cidadãos. Na verdade, tratava-se de reconstruir a nacionalidade sobre essas novas bases.<sup>158</sup>

Como um debate promovido por outro periódico, *O Paiz*, que circula na Corte, exatamente sobre a questão do posicionamento exercido pelo jornal *O Vassourense* a respeito da Abolição publicou o primeiro

Entrou o Vassourense, a 2 do corrente, no sexto anno de existência – com a paz de consciência, que dá o cumprimento do dever. Felicitamos o collega por tão fausto motivo, desejando de coração que o seu primeiro numero do sétimo anno venha expurgado de annuncios de escravas fugidas, com declaração de signaes physicos dessas desgraçadas; de gratificações pecuniárias aos capitães do matto, e das residências dos senhores ou seus prepostos.<sup>159</sup>

O periódico *O Paiz*, começou a circular em primeiro de outubro de 1884. Em seus primeiros anos, o seu redator chefe era Quintino Bocaiúva, permanecendo até 1889.<sup>160</sup> Sua dura crítica ao *O Vassourense*, nos faz refletir sobre o verdadeiro posicionamento do periódico, visto que ele, como boa parte da sociedade, apoiou o movimento em prol da abolição simplesmente pela sua inevitabilidade, já em finais da década de 1880.

Como resposta dada ao jornal *O Paiz*, *O Vassourense* mais uma vez deixa no ar uma suposta inclinação ao abolicionismo.

Escreve *O Paiz*:  
Entrou *O Vassourense*, a 2 do corrente, no sexto anno de existência, - com a paz de consciência, que dá o cumprimento do dever. Felicitamos o collega por tão fausto motivo...

---

<sup>158</sup> SALLES, Ricardo. “O Partido Abolicionista”. In: Sara de Oliveira Farias e Maria das Graças de Andrade (org.) *História Regional e Local II. O plural e o singular*, Salvador, EDUNEB, 2012.

<sup>159</sup> *O Paiz*, 05 de janeiro de 1887, p. 1.

<sup>160</sup> BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público (os diários do Rio de Janeiro – 1880 - 1920)*. Tese de doutorado em história da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996.

Não transcrevemos o final da notícia por conter uma ironia pungente e descabida, que por certo não sahio da amestrada Penna do delicado cavalheiro que dirige a redação daquelle importante periódico.  
O Vassourense não é uma folha de propaganda. Até hoje ainda não dissemos se éramos abolicionistas ou escravocratas.  
Também desejamos saudar o dia em que não haja mais a necessidade de publicarem-se annuncios como aquelle que o Paiz censura.<sup>161</sup>

Pode-se entender que este periódico é um objeto nas mãos das classes dominantes, servindo como formador de opinião pública favorável a essa classe. Sua posição, apesar de favorável a Abolição da escravatura, é emancipacionista, que de forma simplificada, significa ser a favor da emancipação dos escravos, mas não nos moldes descritos anteriormente por Nabuco e defendido pela Confederação Abolicionista, e mesmo por outras instituições abolicionistas. Este emancipacionismo surge, com a total percepção de que a crise do sistema de trabalho escravista de finais do século XIX, é uma crise final e que não há mais formas de sustentação deste regime, tendo-se como objetivo não alterar as relações sociais e as relações de poder das classes dominantes, para a população dominada.

Seu redator, Lucindo Filho, pardo e que serviu como médico na Guerra do Paraguai, com certeza, teve sua percepção para com a instituição escravista alterada por esta experiência nos campos de batalha desta guerra, que modificou não somente ele, mas todos os que participaram, ou não do conflito. Em alguns artigos do jornal O Vassourense, o redator deixa transparecer que é contrário à escravidão, a defender melhores condições de vida para estes seres humanos, mas não consegue se igualar aos ideais defendidos pelo Abolicionismo verdadeiro e revolucionário, já descrito neste texto.

---

<sup>161</sup>O Vassourense, 09 de janeiro de 1887, p. 1.

## **REFERÊNCIAS**

### **Fontes primárias:**

O Vassourense, de fevereiro de 1882 a dezembro de 1888 – Biblioteca Nacional (RJ)

O Paiz, 05 de janeiro de 1887 – Biblioteca Nacional (RJ)

A Quinzena, 20 de fevereiro de 1886 a 1 de junho de 1886 – Biblioteca Nacional (RJ)

O Canário, 15 de setembro de 1885 a 2 de março de 1886 – Biblioteca Nacional (RJ)

Inventário Lucindo Pereira dos Passos Filho, 20 de março de 1897 – Centro de Documentação

Histórica de Vassouras, mantido pela Universidade Severino Sombra.

ALMEIDA, Gelson Rozentino de. “Hoje é dia de branco” O trabalho livre na Província Fluminense: Valença e Cantagalo. 1870 – 1888. Dissertação de mestrado apresentada a UFF. Niterói, 1994.

BRAGA, Greenhalgh H. F. (comp.) História, fatos e gente. Rio de Janeiro, Ultra-set, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. “Escravidão e Razão nacional”. Dados, vol. 31, n3, 1988.

\_\_\_\_\_. A construção da ordem e O teatro de sombras. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

\_\_\_\_\_. A formação das almas. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Hebe Mattos de. Das cores do silêncio – significados da liberdade no Sudeste escravista. Brasil. Século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

\_\_\_\_\_. “Laços de família e direitos no final da escravidão”. In Luiz Felipe Alencastro (org.). História da vida privada no Brasil, vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil. 2º edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

COSTA, Emilia Viotti da. Coroas de glória, lágrimas de sangue. A rebelião dos escravos de Demerara em 1823. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (edição original em inglês de 1994).

\_\_\_\_\_. Da senzala a colônia. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

FARIAS, Sara de Oliveira e ANDRADE, Maria das Graças de (org.) História Regional e Local II. O plural e o singular, Salvador, EDUNEB, 2012.

FLORENTINO, Manolo. “Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa”. Topoi, n.5. set. de 2002.

FLORENTINO, Manolo (org.). Tráfico: cativo e liberdade. Rio de Janeiro, séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005.

FORTE, José Mattoso Maia. Memória da fundação de Vassouras. Rio de Janeiro: 1938.

FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. O arcaísmo como projeto. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

GÓES, José Roberto Pinto e FLORENTINO, Manolo. A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de Quilombolas. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.), O Brasil Imperial, v. 3, Rio de Janeiro, 2009.

HABERMAS, Jurgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

MACHADO, Humberto Fernandes. “Imprensa e identidade do ex-escravo no contexto do pós-abolição.” In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; e FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (org.). História e Imprensa: representações culturais e políticas no poder. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

MACHADO, Humberto. “Imprensa abolicionista e censura no Império do Brasil”. In LESSA, Mônica Leite e FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito (org.), Imprensa, pensamento político e historiografia (1822 – 1889). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

LIMA, Lana Lage da Gama. Rebeldia negra e abolicionismo. Rio de Janeiro. Achiamé, 1981.

MACHADO, Humberto. F. Escravos, senhores e café. A crise da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba Fluminense, 1860-1888. Niterói: Cromos, 1993.

MACHADO, Maria Helena. Crime e escravidão. Trabalho, luta, resistência nas lavouras paulistas – 1830-1888. São Paulo: Brasiliense, 1987.



MACHADO, Maria Helena . O plano e pânico. São Paulo: Edusp, 1994.

MARQUESE, Rafael e SALLES, Ricardo. “A cartografia do poder senhorial. Cafeicultura, escravidão e formação do Estado nacional brasileiro. c.1820 – 1860.” Texto apresentado no seminário: O Vale do Paraíba e a Segunda Escravidão. Vassouras, 23 a 25 de novembro de 2012.

MARTINS, Roselene de Cássia Coelho. Colonização e política: debates no final da escravidão. Rio de Janeiro. Editora Ateliê 2007, 2007.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O tempo saquarema. São Paulo: Hucitec, 1987.

MORAES, Evaristo de. A campanha abolicionista (1879-1888). Brasília. 2ª edição: Universidade de Brasília, 1986.

NABUCO, Joaquim. O abolicionismo. Petrópolis: Vozes, 1988 [1883].

\_\_\_\_\_. Um estadista do Império. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002 [1879-99].

RAPOSO, Ignácio. História de Vassouras. Niterói, Seec, 1978.

REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SALLES, Ricardo. E o vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. “O Partido Abolicionista”. In: Sara de Oliveira Farias e Maria das Graças de Andrade (org.) História Regional e Local II. O plural e o singular, Salvador, EDUNEB, 2012.

\_\_\_\_\_. Guerra do Paraguai. Escravidão e cidadania na formação do Exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. Guerra do Paraguai. Memórias e imagens. Rio de Janeiro: edições Biblioteca Nacional, 2003.

\_\_\_\_\_. Joaquim Nabuco. Um pensador do Império. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

SALLES, Ricardo. Nostalgia imperial. A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos . Projetos sociais abolicionistas: ruptura ou continuidade. In: Daniel Aarão. (Org.). Intelectuais, História e Política (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: Sete Letras, 2000, v. , p. 54-74.

SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos . Abolicionismo e desigualdade sociais. In: Ana Maria Moura. (Org.). História e desigualdade sociais. Rio de Janeiro: LEDDES-UERJ, 2002.

SILVA, Eduardo. Barões e escravidão: três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1984.

\_\_\_\_\_.As camélias do Leblon e a abolição da escravatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SLENES, Robert. “A árvore de Nsanda transplantada: cultos Kongo de aflição e identidade escrava no Sudeste brasileiro (século XIX)”. In Douglas Cole Libby e Júnia Furtado (orgs.). Trabalho livre, trabalho escravo – Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006.

\_\_\_\_\_. “Malungu, ngoma vem!” África coberta e descoberta no Brasil”. In Negro de corpo e alma. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, sd. (2000).

\_\_\_\_\_.Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava (Brasil Sudeste, século XIX). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

\_\_\_\_\_. “Senhores e Subalternos no Oeste paulista”. In Luiz Felipe Alencastro (org.). História da vida privada no Brasil, vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. “Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888”. In Iraci del Nero da Costa. História econômica e demográfica. São Paulo: IPE/USP, 1986.

STEIN, Stanley. Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

